

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

JOÃO VICTOR CORRÊA ROQUE

**DO *TIANXIA* À DIPLOMACIA DA HARMONIA: A INFLUÊNCIA CONFUCIANA
NA RESPOSTA CHINESA À CONTENÇÃO COMERCIAL DOS EUA (2017-2024)**

GOIÂNIA

2025

JOÃO VICTOR CORRÊA ROQUE

**DO *TIANXIA* À DIPLOMACIA DA HARMONIA: A INFLUÊNCIA CONFUCIANA
NA RESPOSTA CHINESA À CONTENÇÃO COMERCIAL DOS EUA (2017-2024)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Escola de Direito, Negócios e
Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de
Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Relações Internacionais.
Orientador: Dr. Danillo Alarcon

GOIÂNIA

2025

Roque, João Victor Corrêa. 2025.

Do *Tianxia* à Diplomacia da Hamonia: a influência confuciana na resposta chinesa à contenção comercial dos EUA (2017-2024)/ João Victor Corrêa Roque. – Goiânia, 2025.

Total de folhas: 67 f. il.

Orientador: Prof. Dr. Danillo Alarcon

Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Goiânia, 2025.

1. China; 2. confucionismo; 3. *Tianxia*; 4. EUA; 5. guerra comercial. I. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

JOÃO VICTOR CORRÊA ROQUE

DO *TIANXIA* À DIPLOMACIA DA HARMONIA: A INFLUÊNCIA CONFUCIANA NA
RESPOSTA CHINESA À CONTENÇÃO COMERCIAL DOS EUA (2017-2024)

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Escola de Direito, Negócios e
Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de
Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel(a) em Relações Internacionais.
Orientador(a): Prof. Dr. Danillo Alarcon

Aprovada em 08 de dezembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Danillo Alarcon (Orientador – PUC Goiás)

Prof. Dr. Johnny Taliateli do Couto (PUC Goiás)

Prof. Me. André Luiz Cançado Motta (PUC Goiás)

AGRADECIMENTOS

Neste espaço celebro todos aqueles que estiveram ao meu lado nesse momento em minha vida. Em primeiro lugar, agradeço à minha mãe, a qual nenhuma barreira, seja ela financeira ou de qualquer outra forma, foi capaz de impedir seu amor e força de vontade para me conceder esta graduação; e à minha avó, não apenas pelo carisma e por ser um exemplo de ser humano, mas por nos apoiar quando necessário.

“O professor é, naturalmente, um artista, mas ser um artista não significa que ele ou ela consiga formar o perfil, possa moldar os alunos. O que um educador faz no ensino é tornar possível que os estudantes se tornem eles mesmos”. Essa icônica frase de Paulo Freire sintetiza a minha experiência com meus professores durante esses quatro anos. Portanto, gostaria de agradecer a todos que me ajudaram em minha formação. Tenho a agradecer ao meu orientador, Danilo Alarcon, pela paciência, aptidão e entusiasmo, pois você não é apenas um excelente professor, mas um exímio pedagogo, motivo pelo qual não há pessoa mais bem capacitada a ser o coordenador do curso de Relações Internacionais.

Agradeço, também, aos demais membros da minha banca, professores Johnny e André, dos quais, apesar de não ter tido muitas interações, sei de suas capacidades, tanto na História quanto nos Direitos Humanos. Obrigado, também, ao professor Giovanni Okado, cuja rigorosidade me fez crescer no curso. Tenho certeza de que não teria tido o desenvolvimento que tive se não fosse por suas aulas. Agradeço ao professor Leandro Borges pelas diversas experiências e oportunidades que me trouxe ao longo da graduação. Sou grato, também, ao professor Pedro Pietrafesa pela prontidão e apoio na redação do meu projeto de monografia; ao professor Diego Castillo por apresentar as normas do Direito Internacional; ao professor Guilherme Carvalho por compartilhar suas indagações sobre a política brasileira; e ao professor Renzo Nery por apresentar, mesmo que de forma indireta, suas reflexões sobre a filosofia. Menção honrosa ao professor Antônio Pasqualetto, pois foi em suas aulas que encontrei o direcionamento da minha monografia.

Ademais, tenho uma imensurável gratidão aos meus amigos que conheci ao longo da graduação e não medirei esforços para mantê-los como aliados para a vida, em especial ao Adriano, Bernardo e Fausto. Também agradeço aos meus amigos de infância que sempre estiveram comigo, e àqueles que tive o privilégio de conhecer posteriormente (dos quais participei de inúmeras mesas de RPG).

Por fim, realizo uma menção honrosa aos meus professores do ensino médio, em especial ao Guilherme César, por me despertar o fascínio em geopolítica; e ao José Leonardo, por me incentivar a cursar Relações Internacionais.

A todos aqueles aqui mencionados, obrigado!

RESUMO

Este trabalho busca compreender de que forma o confucionismo é evocado na política externa da China contemporânea, a partir do estudo de caso da resposta do país à guerra comercial com os Estados Unidos da América (EUA) do primeiro mandato de Donald Trump (2017-2021) à administração de Joe Biden (2021-2024). Busca-se responder à seguinte pergunta de pesquisa: noções advindas do confucionismo impactaram a resposta chinesa à guerra comercial imposta pelos EUA entre 2017 e 2024? A partir da análise crítica das teorias das Relações Internacionais (RI), surge a hipótese de que o atual pensamento político-internacional chinês reflete elementos confucianos, como o do *Tianxia* (“tudo sob o céu”) e do *Datong* (grande harmonia). A partir das provocações críticas à teoria ocidentalizada, analisa-se a capacidade da China em desenvolver uma abordagem própria para as relações internacionais, observando o papel do pensamento confuciano e como ele se estrutura na política externa contemporânea do país. As fontes primárias principais são os discursos do presidente chinês Xi Jinping, do ministro das Relações Exteriores, Wang Yi, e do vice-presidente, Hang Zheng, em instâncias como a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), o Fórum Econômico Mundial (FEM), e outros arranjos multilaterais e regionais. Conclui-se que o confucionismo se manteve como uma tradição filosófica forte na China, mesmo após diversos acontecimentos históricos que alteraram profundamente a nação, mantendo um posicionamento que enfatiza a harmonia e o cosmopolitismo, em detrimento do unilateralismo ocidental. O país continua a defender princípios confucianos por meio da “Comunidade com o Futuro Compartilhado para a Humanidade” (CFCH) e suas iniciativas de desenvolvimento, segurança e civilização comuns. Reforça ainda a cooperação *win-win* por meio da Iniciativa Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative* – BRI) em oposição ao protecionismo estadunidense.

Palavras-chave: China; confucionismo; *Tianxia*; EUA; guerra comercial.

ABSTRACT

This work seeks to understand how Confucianism is evoked in contemporary Chinese foreign policy, through a case study of the country's response to the trade war with the United States of America (USA) from Donald Trump's first term (2017-2021) to Joe Biden's administration (2021-2024). It aims to answer the following research question: Did notions derived from Confucianism impact the Chinese response to the trade war imposed by the USA between 2017 and 2024? Based on a critical analysis of International Relations (IR) theories, the hypothesis arises that current Chinese political-international thought reflects Confucian elements, such as Tianxia ("all under heaven") and Datong (great harmony). Through critical provocations of Westernized theory, the study analyzes China's capacity to develop its own approach to international relations, observing the role of Confucian thought and how it is structured in the country's contemporary foreign policy. The primary sources are speeches by Chinese President Xi Jinping, Foreign Minister Wang Yi, and Vice President Han Zheng at forums such as the United Nations General Assembly (UNGA), the World Economic Forum (WEF), and other multilateral and regional arrangements. It is concluded that Confucianism has remained a strong philosophical tradition in China, even after several historical events that have profoundly altered the nation, maintaining a position that emphasizes harmony and cosmopolitanism, to the detriment of Western unilateralism. The country continues to uphold Confucian principles through the "Community with a Shared Future for Mankind" (CSF) and its initiatives for common development, security, and civilization. It also reinforces win-win cooperation through the Belt and Road Initiative (BRI) in opposition to US protectionism.

Key Words: China; Confucianism; Tianxia; USA; Trade War.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 LEITURAS TEÓRICAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O APORTE CHINÊS.....	14
1.1 PARA ALÉM DE TEORIAS: OUTRAS VERTENTES PARA OS ESTUDOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	14
1.2 COMO O CONFUCIONISMO FUNCIONA COMO ENFOQUE TEÓRICO CHINÊS?.....	19
2 A CHINA MILENAR: DOS IMPÉRIOS À INSERÇÃO NA SOCIEDADE INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA.....	24
2.1 A CHINA IMPERIAL E O PERÍODO DOS <i>WARRING STATES</i> (770 A.C. – 221 A.C).....	24
2.1.1 Visão geral do confucionismo.....	27
2.2 A CHINA DO SÉCULO XIX À REVOLUÇÃO DE 1949.....	30
2.3 A ABERTURA COMERCIAL E AS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS DOS ANOS 1970 AO GOVERNO DE BARACK OBAMA (2009-2017).....	36
3 O CONFUCIONISMO COMO TRADIÇÃO DE PENSAMENTO CHINÊS: DAS BASES DO PENSAMENTO À ANÁLISE DA REAÇÃO CONTRA A GUERRA COMERCIAL.....	42
3.1 A CHINA DIANTE DA GUERRA COMERCIAL IMPOSTA PELOS EUA DURANTE O GOVERNO TRUMP (2017-2021).....	42
3.2 A REAÇÃO CHINESA À CONTINUIDADE DAS POLÍTICAS COMERCIAIS DE BIDEN (2021-2024).....	48
3.3 O CONFUCIONISMO E A RESPOSTA CHINESA À GUERRA COMERCIAL COM OS EUA.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	61

INTRODUÇÃO

A expansão da sociedade internacional¹ europeia não foi um processo pacífico. E há diferenças consideráveis na adesão de novos membros. Enquanto, por exemplo, o Brasil se forjou na importação de ideias e no posicionamento periférico (ou semiperiférico, a depender da leitura) desta sociedade, a China tinha uma tradição milenar de impérios e foi forçada a se integrar em razão da disparidade de forças. Todavia, já havia ali tradições de pensamento próprias, dentre as quais a mais relevante era o confucionismo.

O objetivo desta monografia é compreender de que forma o confucionismo é evocado na política externa da China contemporânea, a partir do estudo de caso da resposta do país à guerra comercial com os Estados Unidos da América (EUA) do primeiro mandato de Donald Trump (2017-2021) à administração de Joe Biden (2021-2024). A pergunta central do trabalho é: noções advindas do confucionismo impactaram a resposta chinesa à guerra comercial imposta pelos EUA entre 2017 e 2024? Avaliando criticamente as teorias das Relações Internacionais (RI), construídas majoritariamente pelo Ocidente, parte-se da hipótese que a participação chinesa na sociedade internacional, e no gerenciamento de sua política externa como um todo, reflete conceitos confucianos, sobretudo, o do *Tianxia*² e do *Datong*³.

Os objetivos específicos desta monografia são: 1) analisar criticamente as teorias das Relações Internacionais e debater a ausência de um arcabouço teórico propriamente chinês no meio acadêmico; 2) observar a trajetória histórica da China, utilizando o conceito de sociedade internacional como mecanismos de análise da inserção forçada do país na atual comunidade de Estados; 3) entender os elementos fundamentais do confucionismo e como eles podem ser articulados de forma a compreender a inserção internacional chinesa; 4) aplicar os conhecimentos adquiridos para o estudo de caso da guerra comercial entre EUA e China entre 2017 e 2024.

A escola confuciana de pensamento surgiu na China do século VI a.C., criada por *Kong Qiu*, ou Confúcio (551-470 a.C.), durante o caos político que representou a queda da dinastia *Zhou*. Para Yao (2000), o termo “confucionismo” foi originado da releitura por parte de jesuítas

¹ Para Hedley Bull (2002), a sociedade internacional representa um conjunto de regras, instituições e códigos de conduta em que os Estados concordaram em fazer parte. É necessário ressaltar que o trabalho possui uma temática crítica em relação às teorias das Relações Internacionais, justamente por possuírem sua gênese no Ocidente e advogarem por uma visão única de mundo anglo-saxã. Assim sendo, a Escola Inglesa foi utilizada na pesquisa de forma pragmática, focalizando a atenção em um ponto singular: a inserção chinesa sociedade internacional.

² *Tianxia* (天下) ou literalmente “tudo sob o céu” é uma filosofia derivada do chinês clássico e do confucionismo, associada com civilização e ordem (Qin, 2010).

³ *Datong* (大同), ou “grande harmonia” é um elemento da filosofia confuciana, representando uma sociedade inerentemente harmônica e que produz serenidade e pacificidade (Qin, 2010).

europeus que estudavam ensinamentos chineses em 1615, a fim de sistematizar as ideias para o público ocidental. Os clássicos confucianos foram chamados de *Lun Yü*, ou Analectos, e funcionavam como guia para a filosofia de vida confucianos. A China imperial do século VI a.C. se referia ao confucionismo como *ru*⁴, que na história chinesa significa tradição acadêmica (Watson, 1992). Confúcio insistia que a retidão (ou justiça) deve ter primazia, alertando que valorizar a valentia sem retidão leva ao caos. Por isso mesmo, ele preferia aqueles que abordam os assuntos com certa cautela temerosa e gostam de fazer planos cuidadosos para o sucesso. Essa sabedoria filosófica sublinha a preferência chinesa pela paciência estratégica e a evitação da opção militar em primeiro lugar (Mahbubani, 2020).

É preciso, então, refletir sobre o que pode ser considerado uma teoria das RI. Buzan e Acharya (2010) entendem que teoria é uma forma de abstrair fatos e tentar buscar padrões. Nesse sentido, a teoria tenta simplificar a realidade, compreendendo cada evento como único, mas com a possibilidade de ter similaridade com outros. Nesse entendimento, existem teorias positivistas (racionalistas), influenciadas por visões estadunidenses; e teorias pós-positivistas (reflexivistas), comumente encontradas na Europa. As primeiras buscam explicar questões globais de uma maneira racional, baseando-se em causa e efeito e dados factuais. Essa filosofia pode acabar generalizando conceitos, a exemplo do realismo clássico, que defende que todos os Estados, sem exceção, buscam o poder e o interesse próprio. As segundas representam uma visão mais reflexiva e social para a teoria, procurando não generalizar ou materializar questões, e não estabelecer uma resposta exatamente concreta, mas sim compreender as nuances que englobam as temáticas de foco das teorias.

De acordo com Buzan e Acharya (2010), existe um crescente movimento de países emergentes em elaborar suas próprias contribuições teóricas para o cenário acadêmico das Relações Internacionais. Os autores compreendem que os Estados asiáticos, assim como os países ocidentais, buscam implementar um acervo teórico que represente suas vivências e interesses domésticos, e de que pouco sentido faria englobar países como China e Japão em teorias desenvolvidas pelo Ocidente, como o liberalismo e realismo. A crítica central de Buzan e Acharya (2010) é que, apesar do *mainstream* teórico de RI ser extremamente influente no meio acadêmico e profissional, essa abordagem reflete apenas a perspectiva da América do Norte e Europa, ignorando uma amplitude de culturas e modos de pensamento.

Ao observarem o cenário da China contemporânea, Fravel (2025) e Almeida (2024) pontuam que, desde o início do governo de Xi Jinping, em 2013, estabeleceu-se como objetivo

⁴ *Ru jiao*, *ru jia*, *ru xue* e *ru* podem ser traduzidos para “doutrina ou tradição dos acadêmicos” (Yao, 2000 p. 17).

de Beijing para suas relações internacionais a criação de uma “comunidade com o futuro compartilhado para a humanidade” (CFCH). Essa visão estabelece a tentativa do país em desenvolver uma ordem sinocêntrica, ou seja, uma ordem centrada na liderança chinesa e nos princípios de civilização, desenvolvimento e segurança global. Essa reorganização se baseia na busca da China em se libertar dos constrangimentos estadunidenses para ter maior margem de manobra e servir de contraponto à Washington. Esta monografia indica que a China passou a desenvolver mecanismos de cooperação que possuem fundações no confucionismo, que explicita a importância desta cosmovisão como pilar do pensamento internacional chinês.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta é uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratória, que abordará como o confucionismo expressa uma certa visão de sociedade e ordem internacional, aplicando-o posteriormente na observação de discursos de autoridades chinesas entre 2017 e 2024. Entendendo o confucionismo como uma causa de comportamentos específicos na política externa chinesa, além de ser uma parte fundamental da cosmovisão civilizacional da China (Mahbubani, 2020), serão analisados os discursos de forma interpretativa testando a hipótese elencada acima.

Além de Xi Jinping, atual presidente da República Popular da China e Secretário Geral do Partido Comunista Chinês (PCC), serão também analisados os discursos proferidos por Wang Yi, ministro das relações exteriores chinês. Nos dez discursos selecionados, ainda há um de Han Zheng, vice-presidente chinês, na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), fórum privilegiado para análise, pois tem servido como vitrine internacional das visões de ordem internacional que os Estados, especialmente os mais fortes, almejam construir. O quadro abaixo indica as datas dos discursos analisadas, as autoridades que compõe o atual quadro político⁵ e os principais temas abordados.

⁵ De forma sucinta, a estrutura política do Partido Comunista Chinês (PCC) é composta pelo *Politburo* (cargo mais importante e composto pelos membros mais experientes do partido, incluindo o Xi Jinping). Após uma decisão ser tomada pelo *Politburo*, ela é repassada para o Congresso Nacional do Povo que transforma a medida em lei e representa um local para discussões. Nessa estrutura, o vice-presidente é eleito pelo Congresso Nacional do Povo e possui mandato de cinco anos, com a função de apoiar ou substituir o presidente em atividades diplomáticas e protocolares, sua influência depende de seu posicionamento no *Politburo*. Já o ministro das Relações Exteriores é o encarregado de conduzir a política externa do país estabelecida pelo PCC e a diplomacia (BBC Bitesize, s.d; NG, 2024; China Strategy, 2024).

Quadro 1 – Discursos das Autoridades Chinesas entre 2017 e 2024

Ano	Autoridade chinesa	Ocasião do discurso	Principais temas
2017	Xi Jinping	Fórum Econômico Mundial (WEF)	Globalização, cooperação e multipolaridade.
2018	Xi Jinping	Fórum Boao ⁶ para a Ásia	Abertura econômica em oposição às tendências protecionistas.
2018	Xi Jinping	FOCAC ⁷ Beijing Summit	Abertura econômica.
2018	Wang Yi	AGNU	Cooperação <i>win-win</i> e equidade.
2019	Xi Jinping	<i>Belt and Road Forum for International Cooperation</i> (BRF)	Apoio ao intercâmbio cultural, à Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) e aos objetivos compartilhados.
2019	Wang Yi	AGNU	Apoio ao multilateralismo, livre mercado, críticas ao <i>bullying</i> econômico.
2019	Xi Jinping	Cúpula do BRICS	Três pontos para a cooperação: multilateralismo, oposição ao protecionismo e intercâmbios culturais.
2020	Xi Jinping	AGNU	Solidariedade na pandemia, apoio à OMS, críticas à politização da pandemia e observação do mundo como uma aldeia global.
2021	Xi Jinping	AGNU	Introdução da Iniciativa de Desenvolvimento Global (GDI)
2022	Wang Yi	AGNU	Manutenção das críticas ao protecionismo e estabelecimento de seis princípios para a paz.
2023	Han Zheng	AGNU	Quatro elementos para a comunidade com o futuro compartilhado para a humanidade (CFCH) e reforma da ONU.
2024	Xi Jinping	AGNU	Segurança, globalização, desenvolvimento verde e governança justa.

Fonte: elaborado pelos autores.

Este trabalho está dividido em três capítulos principais. No primeiro, o foco é observar o que consolida uma teoria das Relações Internacionais. O entendimento sobre teoria é realizado de forma crítica, ressaltando a necessidade de ir além do *mainstream* teórico. Neste capítulo,

⁶ Fórum Boao para a Ásia é uma conferência internacional realizada em Hainan, China, que reúne líderes políticos, empresários e acadêmicos para discutir os rumos econômicos e em matéria de cooperação (Xinhua, 2025).

⁷ FOCAC: *Forum on China-Africa Cooperation*.

estuda-se a leitura de Amado Cervo (2008) e Walter Russell Mead (2001) sobre o Brasil e os Estados Unidos, respectivamente, para que se visualize a possibilidade de construção paradigmática em dois países importantes da sociedade internacional, pavimentando o terreno para a introdução do pensamento chinês. Já no segundo capítulo, o objetivo é visualizar o trajeto histórico da China, partindo do período imperial e dos *Warring States*, como proposto por Watson (1992), passando pelo “século de humilhação” e a inserção chinesa na sociedade internacional, consoante Gong (1984), até chegar na rivalidade com os EUA no final do século XX e início do XXI, conforme Warren I. Cohen (2010). No terceiro capítulo serão analisados: o 1) uso da tradição filosófica do confucionismo como enfoque teórico pela China; e a 2) escalada do confronto comercial entre China e EUA durante o mandato de Trump e administração Biden, observando, sobretudo, as respostas do país, a partir da análise de caráter exploratória, dos discursos. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

1 LEITURAS TEÓRICAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O APORTE CHINÊS

A afirmação de que “*Theory is always for someone and for some purpose*” representa um dos pontos elementares da análise de Robert W. Cox (1981) sobre teorias das Relações Internacionais. A observação do autor entende que as teorias desenvolvidas para o campo de estudos de RI, sobretudo aquelas do *mainstream*, representam elementos de uma estrutura de poder dominante e a busca por sua manutenção. Assim, apesar das visões teóricas clássicas se apresentarem como neutras, a realidade é que elas refletem as experiências, valores e crenças das grandes potências ocidentais onde foram elaboradas e desenvolvidas. Pela compreensão de Qin (2010), continuam a existir oportunidades para uma participação mais assertiva do pensamento chinês na política internacional.

A história da disciplina das Relações Internacionais e a própria história recente da China demonstram que uma perspectiva chinesa oficial é possível, mas essa possibilidade precisa compreender as particularidades históricas chinesas e do próprio campo teórico em discussão. Neste capítulo, as propostas de Cervo (2008) e Mead (2001) serão brevemente exploradas a seguir, como forma didática de auxiliar na compreensão do *Tianxia* e a perspectiva chinesa das relações internacionais mais adiante.

1.1 PARA ALÉM DE TEORIAS: OUTRAS VERTENTES PARA OS ESTUDOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As teorias das RI passaram por transformações paradigmáticas ao longo do século XX, contemplando uma série de debates. O primeiro, do realismo contra o idealismo, entre 1930 e 1940, representou o embate entre as ideias de anarquia da selva hobbesiana, contra o otimismo das instituições idealizadas por Woodrow Wilson. O segundo debate, da década de 1950 até 1960, se consolidou pelo confronto metodológico entre tradicionalistas e behavioristas (ou cientificistas). O terceiro debate, de 1970, identificou um pluralismo teórico e o surgimento de um triângulo interparadigmático que contemplava o realismo, o liberalismo e o radicalismo. O produto do terceiro debate foi, sobretudo, a reformulação das teorias positivistas (desenvolvimento do neorealismo e neoliberalismo) e o desenvolvimento de uma onda teórica pós-positivistas, ou teorias críticas (Lage, 2007).

O campo teórico das Relações Internacionais atingiu um hiato no que se refere ao desenvolvimento de novas teorias. Contudo, é fato que se busca por uma pluralidade teórica e

analítica. Os motores históricos para essa proliferação acadêmica ocorreram por conta de novos contextos históricos, importações de outras disciplinas e desenvolvimento interno de teorias com a finalidade de criticar outras já existentes (Dunne; Hansen; Wight, 2013). Um ponto importante é que, apesar das tentativas de desenvolvimento de teorias não ocidentais, o campo teórico de RI ainda é afetado pelo foco no sistema anárquico e o Estado-centrismo, visões promovidas pelo Ocidente (Buzan; Little, 2010). É possível, também, visualizar teorias como “lentes”, ou seja, formas de observação do mundo. Cada lente, nesse caso, possibilita uma visão de mundo. Portanto, observar o mundo por meio de uma teoria criada no Ocidente pode acabar generalizando problemáticas. O mundo é extremamente complexo para ser explicado apenas por um conjunto teórico ocidental (Dunne; Hansen; Wight, 2013).

Para Buzan e Acharya (2010), uma outra maneira de pensar “pré-teoria”, conforme mencionado na Introdução, para os países não ocidentais deriva do pensamento de líderes asiáticos modernos, como Nehru, na Índia; Mao Tsé-Tung, na China; Aung San, em Mianmar; e Sukarno, na Indonésia. Apesar de alguns aspectos da perspectiva desses líderes terem influências ocidentais, eles trouxeram diversas contribuições próprias para se pensar as relações internacionais. Apesar de sua influência regional, o pensamento desses líderes não se incorporou na academia de RI.

Outras duas alternativas para vislumbrar um ponto de partida teórico não-ocidental em RI tem a ver com estudiosos do Sul Global que aplicam a filosofia ocidental em um contexto fora do Ocidente e as generalizações feitas com base na experiência asiática. A primeira, se refere a como pensadores não-ocidentais, ao viajarem e aprenderem os conceitos desenvolvidos pelo Ocidente, tentam aplicar essas teorias europeias e americanas em um contexto asiático, por exemplo. Um aprofundamento desta visão no cenário chinês pode ser visto no tópico 3.2. Além disso, existe um outro debate sobre se essas perspectivas influenciadas pelo Ocidente seriam, de fato, classificadas como não-ocidentais (Buzan; Acharya, 2010; Buzan, 2010).

Trabalhos como o de Buzan e Little (2010) exemplificam tentativas de pautar as teorias não ocidentais das relações internacionais no meio acadêmico, principalmente observando a experiência asiática. Nesse sentido, Qin (2010) aponta as tentativas em pensar Relações Internacionais partindo de uma visão histórica chinesa, e como uma perspectiva derivada da China pode ser estruturada pela antiga filosofia confuciana. Noções como *Tianxia*, ordem, grande harmonia (*Datong*) e sistema hierárquico tomam frente.

No Brasil, um dos pensadores que discutiu os dilemas da teorização no campo das Relações Internacionais foi Amado Cervo (2008). Para o autor, o desenvolvimento de teorias se dá nas seguintes etapas: 1) visão própria de mundo; 2) cultura e valores; 3) interesse nacional

ou de bloco de processo decisório; 4) ação externa coerente; e 5) resultados internos e externos. Portanto, Cervo (2008) argumenta que a construção teórica em política externa começa dentro do país e se expande para fora. O modelo explica como e por que um estado age de certa forma interna e externamente. O autor defende a necessidade em observar teoria de maneira crítica, tendo em vista que elas se fundamentam em interesses, valores e visão de mundo dos seus criadores. Ressalta-se, portanto, que a teoria não é imparcial.

Ao se aprofundar nas críticas, Cervo (2008) visualiza que as duas primeiras etapas de desenvolvimento teórico (visão de mundo própria e cultura) já desmistificam o argumento de que teoria pode ser universal, tendo em vista que essas etapas dependem da visão de mundo de determinada região e de sua cultura. Um exemplo disso são as teorias de matriz norte-americana – como o realismo –, que foram divulgadas como generalizantes e vistas com pouco teor crítico (pelo menos em sua gênese) e, no processo, buscavam cumprir os interesses dos EUA, tendo em vista que defendiam a manutenção da hegemonia estadunidense.

Mesmo nos EUA, essa visão totalizante das teorias é questionada. Walter Russell Mead (2001) propôs um pensamento teórico/paradigmático para analisar a inserção internacional do país. Para o autor, apesar de os estadunidenses do século XX enfatizarem os documentos e ideais desenvolvidos no passado, como a Doutrina Monroe, o *Bill of Rights* e a Declaração de Independência, a sociedade americana se manteve apartada de uma análise histórica aprofundada para pautar sua política externa. Esse foco em ideais constituiu uma série de “mitos” sobre a política externa do país, que o autor tenta refutar com base em estudo histórico na criação de novos paradigmas, como proposto por Mead (2001).

Através da ótica do autor, é possível visualizar as maneiras como as tradições e vivências dos EUA elaboraram suas relações internacionais, servindo, inclusive, de influência para a sua política contemporânea. Como proposto pelo autor, as tradições de estudo de política externa dos EUA indicam que o país, no início do século XX, adotou uma prática baseada no isolacionismo, mudando com o pós-Segunda Guerra, quando se instaurou o paradigma da Guerra Fria, baseada na disseminação neoliberal e demonização do socialismo ao estilo soviético. Mead (2001) propõe o surgimento de um novo paradigma para a avaliação da política externa estadunidense.

Mead (2001) propõe quatro escolas de pensamento, cuja nomenclatura é feita como homenagem a grandes personalidades políticas estadunidenses. A primeira, denominada de escola Hamiltoniana, colocava a empresa americana no centro das atenções no que diz respeito à política externa. O foco é a saúde dos empreendimentos americanos, interna e externamente. A segunda escola é a Wilsoniana, que procura exportar os valores e pensamentos americanos

para o exterior. Essa visão conecta a busca pela hegemonia americana com o desenvolvimento de um padrão moral universal.

A terceira escola, ou a escola jeffersoniana, diferentemente da visão wilsoniana, crítica a disseminação de valores americanos no exterior. Para essa abordagem, os EUA precisam focar no desenvolvimento interno e manutenção de sua democracia, buscando a independência. A escola defende, sobretudo, uma participação menor e mais pragmática dos EUA nas relações internacionais. A quarta e última escola se refere à abordagem Jacksoniana, que enfatiza o populismo, militarismo, independência, honra e valores profundamente enraizados na política estadunidense (Mead, 2001).

Finalmente, após Mead (2001) identificar essas quatro escolas de pensamento em política externa americana, ele ressalta que elas não são de caráter monolítico, ou seja, podem se entrelaçar e podem mudar com o tempo. Contudo, o entendimento dessas abordagens pode ajudar a compreender do que, exatamente, a política externa dos EUA é composta. É necessário, além disso, de um novo paradigma que consiga conectar o passado (relação com os *founding fathers* e documentos antigos) com o presente (globalização e interdependência), além de possibilitar um debate mais profundo sobre a composição histórica da política externa americana e o entendimento de sua história por parte dos cidadãos. O que é necessário capturar da abordagem de Mead (2001) – e, inclusive de modo a conectar, mesmo que indiretamente, com o pensamento de Cervo (2008) – é que mesmo uma potência hegemônica global, como os EUA, ainda opera com base em suas próprias culturas e paradigmas, e não por meio de uma visão universal de mundo, como proposto pelo *mainstream* teórico das RI. E esse pensamento se torna visível com as escolas de pensamento estadunidense.

Cervo (2008) também visualiza paradigma como uma “explicação compreensiva do real”. Essa interpretação subentende que o paradigma busca organizar informações para dar melhor sentido a determinado contexto histórico. Enxergar situações como paradigmas envolve iluminar os padrões de um dado momento para assim compreendê-lo de uma maneira mais eficiente. Pontua-se que é incorreto tentar aplicar um determinado paradigma em outros cenários, tendo em vista que possui características de determinado território, cultura e região, sendo impossível generalizá-lo. Cervo (2008) enfatiza que o mundo está muito longe de haver equalizado entre países e civilizações visões de mundo valores e interesses que informam o ordenamento interdependente.

Pelo entendimento de Cervo (2008), a análise paradigmática envolve três planos. O primeiro diz respeito à ideia de como a identidade cultural é formulada com base em seu povo e sua visão de mundo. Essa perspectiva formula a política externa do país. O segundo entende

que o paradigma se relaciona os interesses internos de cada país. Quando um paradigma muda, a percepção de interesses nacionais também se altera. O terceiro ponto da análise paradigmática entende que o paradigma é conectado com a política e os objetivos de longo prazo para um país, podendo compreender as tendências futuras para determinado Estado; isto é, após observar o meio interno e externo, é possível facilitar uma visão de política de médio ou longo prazo.

O Brasil ilustra com clareza como paradigmas moldam a formulação de políticas nacionais. Entre 1810 e 1930, a política externa foi regida pelo paradigma liberal-conservador, que impôs às economias do Sul Global um modelo de "portas abertas". Sob influência europeia, o país foi incentivado a liberalizar mercados e assinar tratados desiguais, consolidando uma divisão internacional do trabalho na qual a Europa detinha a indústria de alto valor agregado, enquanto a América Latina restringia-se ao fornecimento de matérias-primas. A partir de 1930, esse cenário mudou com o paradigma desenvolvimentista (vigente até 1989), que priorizou a intervenção estatal para expandir a indústria e promover o avanço científico e tecnológico. Contudo, entre 1990 e 2002, o paradigma neoliberal interrompeu esse ciclo, retomando as diretrizes de livre mercado ditadas pelas hegemonias capitalistas. Finalmente, a partir de 2002, emergiu o paradigma logístico. Conforme a análise de Amado Cervo (2008) e as teorias de Ha-Joon Chang, este modelo busca um equilíbrio pragmático, combinando a abertura liberal com estratégias de fortalecimento do Estado e do desenvolvimento nacional (Cervo, 2008).

O que é importante inferir, com base a crítica de Cervo (2008), é de que as teorias das Relações Internacionais não devem ser vistas de forma universalizante, mas sim como o produto das visões de mundo das nações que as conceberam. Nesse sentido, as mudanças paradigmáticas que surgiram em território brasileiro entre o século XIX e XXI não ocorreram porque alguma teoria de RI previu isto, mas sim por conta da crise econômica e política que estava acontecendo internamente. Isso prova que a política externa está sempre ligada ao que acontece domesticamente e não a uma lógica pré-estabelecida.

Conforme indicou Cervo (2008), a posição estrutural de um país no sistema internacional demonstraria, de certa forma, as possibilidades de sua atuação internacional. Então, no século XIX, mesmo que os países periféricos quisessem se desenvolver economicamente, eles eram limitados pelos tratados desiguais e o fomento à economia dos países europeus. Esta foi a condição tanto do Brasil independente quanto da China imperial, que passava a ser acossada pelos impérios europeus. Por sua vez, Mead (2001) enfatizou a virtuosidade da expansão dos EUA, territorial e globalmente, em outra condição estrutural. O que ambos os autores ensinam, enfim, é que a própria história de um país e sua inserção internacional podem produzir e/ou reproduzir valores, ideias e princípios que estão enraizados

na cultura local ou, pelo menos, das elites governantes. O próximo tópico analisará de que modo as tradições chinesas, especialmente o confucionismo, podem ser pensadas como fonte de teoria das RI.

1.2 COMO O CONFUCIONISMO FUNCIONA COMO ENFOQUE TEÓRICO CHINÊS?

Retomando a taxonomia de Qin (2010), apresentada na Introdução, não há ainda uma teoria chinesa das Relações Internacionais. O autor destaca que o desenvolvimento teórico ocorre principalmente quando se cria teorias voltadas ao conhecimento (*knowledge-oriented*), cujo objetivo de pesquisa é a originalidade completa (Tipo I). Enfatiza-se, portanto, que a China não possui essas características em seu cenário teórico. Na visão do autor, a principal dificuldade desse desenvolvimento envolve o fato de que o país não detém um *hard core* (núcleo duro) teórico. Apesar do entendimento chinês ser profundamente enraizado em tradições filosóficas milenares, não há uma sistematização efetiva dessas linhas de pensamento nas Relações Internacionais.

Qin (2010) elabora que parte dessa dificuldade chinesa em pensar Relações Internacionais de forma original data desde os anos 1950. Para explicar, é possível fazer um retrocesso de três gerações de desenvolvimento institucional do pensamento chinês em RI. A primeira geração (1953-1964) promoveu o desenvolvimento do primeiro instituto de Relações Internacionais, com o objetivo de treinar diplomatas sob o novo governo de Mao Tsé-Tung.

A segunda geração (1964-1979) veio em sequência para estabelecer três departamentos de política internacional nas universidades chinesas para treinar acadêmicos em torno dos clássicos revolucionários, como Marx, Lenin e Mao. O foco era, sobretudo, na teoria orientada à ação, culminando no objetivo de aplicação de ideias como a “teoria dos três mundos⁸” de Mao Tsé-Tung. Finalmente, a terceira geração (1979-presente) ficou marcada pela abertura econômica chinesa em 1978 sob governo de Deng Xiaoping e o forte investimento em intercâmbios chineses no restante do mundo (Qin, 2010).

Os acadêmicos chineses que estudaram o desenvolvimento e as perspectivas ocidentais, ao voltarem para a China, acabaram trazendo as visões do Ocidente consigo. Teorias como

⁸ Teoria apresentada por Mao Tsé-Tung, em 1974, focava crítica ao binarismo tradicional do poder global (ocidente/oriente), apresentando uma nova proposta. Era necessário pensar primeiro mundo (forças hegemônicas como EUA e URSS), segundo mundo (países desenvolvidos, mas que não estavam no patamar de poder dos EUA e URSS) e terceiro mundo (nações em desenvolvimento na Ásia, África e América Latina) (Qin, 2010).

realismo, liberalismo e Escola Inglesa se assentaram no pensamento acadêmico chinês em RI. Houve, portanto, uma ocidentalização do conhecimento na China, nesse momento.

Qin (2010) enfatiza que houve sinais positivos no desenvolvimento teórico na China; contudo, o país ainda está na fase de aprendizado teórico⁹. A China carece de uma teoria oficial das Relações Internacionais. O autor pontua três motivos: 1) falta de consciência de internacionalidade; 2) dominância do discurso ocidental de RI na China; e 3) Falta de um *hard core* (núcleo duro) teórico (Buzan; Acharya, 2010; Buzan, 2010).

A falta de consciência de internacionalidade se refere à tradição histórico-cultural da China em não observar o estrangeiro como *outsider*. O foco central desse argumento é de que o pensamento tradicional do país não enfatiza, em grande medida, o internacional na forma como o Ocidente propõe. Essa visão é pautada na filosofia do *Tianxia* (“tudo sob o céu”) em que era inexistente a concepção do “eu” versus o “outro”, conceitos cruciais para o entendimento ocidental de Relações Internacionais. O que existia era apenas uma só China. Destarte, a falta de conceitos de igualdade entre Estados soberanos tornava difícil pensar teoria das Relações Internacionais por uma lente chinesa.

Além disso, uma outra concepção exemplificada por Qin (2010) é a de sistema tributário. Essa ideia parte do pressuposto que a China, influenciada por ideais confucianos, não observava outros Estados como independentes ou soberanos, mas sim como parte de sua extensão. Nesse entendimento, os países ou grupos periféricos deveriam pagar tributos para a capital, similar a forma como a China gerenciava suas relações antes da Guerra do Ópio (Cohen, 2010). O fato de o Ocidente possuir forte influência no desenvolvimento, divulgação e concepção de teorias, tornava-se difícil para a China se integrar por completo, tendo em vista que o país possui tradições filosóficas que destoam do pensamento ocidental. Nessa lógica, mudar pensamentos elementares chineses, como a noção de *Tianxia*, e implementar uma dicotomia de internacionalidade aos moldes ocidentais representaria alterar parte da cultura e história da China (Qin, 2010; Yao, 2000; Zhao, 2021).

Ademais, para Qin (2010) parte do motivo da China não ter uma linha de pensamento própria nas RI ocorre por conta da integração de visões ocidentais durante a terceira geração de

⁹ Qin (2010) compreende uma estrutura de desenvolvimento teórico em três fases. A primeira, sendo a fase de pré-teoria, representa um cenário em que não há uma consciência sobre teoria e a pesquisa ocorre principalmente por meio de experiências pessoais e sabedoria intelectual. Não há uma sistematização dessas visões em uma perspectiva mais ampla. A segunda fase, ou fase de aprendizado teórico, é o momento em que a comunidade acadêmica começa a desenvolver consciência sobre a importância da produção de teorias; contudo, o foco ainda é no Tipo II (teoria de caráter crítico) e Tipo III (teoria para testes), e não em uma apresentação teórica inédita (Tipo I, teoria original). A terceira etapa considera a proposta de uma nova teoria (Tipo I) surgindo, assim, uma nova escola de pensamento. Essa escola de pensamento geralmente é nomeada em homenagem à nação que a criou.

desenvolvimento institucional (1979). Ao final do século XX quase todas as teorias das Relações Internacionais criadas no Ocidente foram inseridas no cenário acadêmico da China. Relembrando Gong (1984), essa aproximação com o Ocidente também pode ser observada entre XIX e XX, durante o século de humilhação, momento em que o país foi forçado a abrir suas fronteiras e se integrar à sociedade internacional. Além disso, o decorrer do século XX demonstrou para a China que ela precisava se integrar ao paradigma ocidental, mesmo que ocorra um sacrifício mínimo de seus valores milenares. A principal consequência dessa influência ocidental foi a falta de um pensamento chinês que fugisse dos padrões apresentados pelo Ocidente (Best; Hanhimäki; Maiolo; Schulze, 2015).

Não obstante, a falta de um *hard core* (núcleo duro) teórico chinês também é apresentado por Qin (2010) como uma problemática. Desenvolvido por Lakatos (1970 apud Qin, 2010) e exposto, também, por Buzan e Acharya (2010), o *hard core* representa um núcleo central de hipóteses fundamentais aceitas. Ou seja, não basta apenas apresentar um modo de pensar como teoria, mas também depende de uma aceitação ampla da ideia. O núcleo de uma teoria social deve possuir dois componentes: 1) físico/material, relacionado aos problemas do mundo real que a teoria visa explicar; e 2) metafísico/ideacional, relacionado à cultura, história e visão de mundo que moldará de que forma um problema será percebido.

Essa visão se assemelha ao pensamento de Cervo (2008) quando se observa a importância dos aspectos culturais na formalização de interesses nacionais e na percepção de que teoria não é algo neutro. Portanto, para se desenvolver uma teoria é necessário observar um problema (aspecto físico), tentar compreendê-lo com base em uma visão de mundo particular (aspecto metafísico) para culminar em uma ideia própria (teoria). No caso da China, o núcleo ficou insuficiente pois, durante o processo de modernização da China, os pensadores chineses abandonaram parte de sua cultura e passaram a observar o mundo pela lente ocidental.

Todavia, Qin (2010) propõe que, apesar das dificuldades, o surgimento de uma escola de pensamento chinesa das Relações Internacionais é possível e até inevitável, principalmente por conta dos avanços da China como potência global no século XXI. Um dos principais conceitos que, na visão do autor, ainda é forte na China e que poderia produzir uma teoria é a noção de *Tianxia*. O Quadro 2 a seguir sintetiza as principais razões da ausência de uma teoria das Relações Internacionais da China.

Quadro 2 – Motivos da ausência de uma TRI Chinesa

Fator principal	Explicação
Falta de consciência de “internacionalidade”	A perspectiva tradicional chinesa não enxergava o mundo como um conjunto de Estados iguais e soberanos, principalmente por conta da bagagem do confucionismo, <i>Tianxia</i> e sistema tributário.
Dominância do discurso ocidental em RI na China	A história moderna chinesa (século XIX e XX) foi destacada pela forte intervenção ocidental, o que também incentivou o aprendizado das teorias ocidentais por acadêmicos chineses.
Ausência de um <i>hard core</i> (núcleo duro) teórico	Falta um núcleo próprio que combinava compreensão (aspecto físico), interpretação/visão de mundo (aspecto metafísico). Como consequência, a China utilizou a compreensão ocidental para interpretar problemas não-ocidentais.

Fonte: elaborado pelos autores com base em Qin (2010).

Autores da década de 1990, como Zhao (2021), propõem uma releitura do *Tianxia* na contemporaneidade, principalmente observando o conceito como fonte de observação crítica às ideias, como a do sistema de Estados. O confucionismo e a noção de *Tianxia* são filosofias que ainda impactam a cultura estratégica da China. Os autores argumentam que a República Popular da China se tornou uma potência no século XX e XXI não apenas por seu poderio econômico e militar, mas também por um profundo sentimento de identidade que entrelaça raízes históricas. Estabelece-se, portanto, três camadas para o pensamento chinês em política externa: a cultura estratégica¹⁰; o sistema de ideias e representações¹¹; e a lente filosófica confuciana. O sucesso do “socialismo com características chinesas” se fundamentou em elementos do confucionismo como o *Tianxia* e *Datong* (Zhao, 2021; Zhao, 2025; Lyrio, 2010).

Para finalizar, é necessário pontuar um paradoxo já discutido anteriormente, mas que vale a rememoração. Apesar da China possuir uma tradição milenar e filosófica própria, e de ter sido inserida de maneira forçada (inicialmente) na comunidade de Estados, o país se manteve como um dos principais defensores da atual ordem internacional. Defendendo o multilateralismo, o sistema onusiano e a cooperação por meio de mecanismos elaborados pelo Ocidente, Fravel (2025) pontua que a China utiliza essas medidas (de soberania) como escudo contra os EUA e sua intervenção em assuntos como Taiwan ou direitos humanos. A China está frequentemente utilizando sistemas ocidentais para se defender da contenção imposta pelos

¹⁰ Cultura estratégica está ligada a um conjunto de símbolos integrados, seja por meio da história ou outra fonte, que estabelece preferências estratégicas de longo prazo (Johnston, 1995).

¹¹ É um sistema operacional que consolida a identidade em política externa de um país pela abordagem geopolítica (Zhao, 2021; Zhao, 2025).

EUA (Zhao, 2025; Lieberthal; Wang, 2012; Wang, 2024). Tanto as medidas de contenção estadunidenses, quanto as maneiras como a China utiliza os mecanismos multilaterais para desviar da zona de influência americana e divulgar sua visão de mundo serão vistas nos tópicos a seguir.

2 A CHINA MILENAR: DOS IMPÉRIOS À INSERÇÃO NA SOCIEDADE INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA

O presente capítulo apresenta uma breve abordagem histórica da China, focando na sua interligação com o mundo exterior. A proposta é conectar estes eventos com a discussão no terceiro capítulo. Conforme visto anteriormente, se mesmo um país ocidental como os EUA é uma complexa mistura entre quatro escolas de pensamento próprias, como proposto por Mead (2001), então tentar impor um sistema conjunto de teorias concebidas como “universais” (como o realismo ou liberalismo) em uma civilização com uma tradição que data a mais de dois mil anos, como a China, é uma forma completamente insuficiente de análise. Contudo, é necessário constatar que, tendo em vista o modelo de monografia e o propósito deste trabalho, será necessário manter um intervalo histórico neste capítulo. O período imperial chinês analisado nesta pesquisa é importante pois representou um momento de efervescência intelectual, principalmente no que diz respeito ao surgimento de tradições filosóficas no país. Já as seções subsequentes, servem para contextualizar a inserção internacional da China e suas interações com o Ocidente. Todavia, estender a explicação ao longo de todo o período contemplado entre o século II a.C. e o século XIX implicaria limitações metodológicas e fugiria ao escopo proposto.

É nesse cenário que a síntese sobre a inserção chinesa na sociedade internacional toma frente. O país adentrou na dita sociedade não de forma pacífica, como no caso do Brasil, que absorveu visões externas, como do liberalismo, de forma voluntária. A trajetória da China é mais sinuosa, principalmente tendo em vista que se trata de uma nação milenar, que existe há mais tempo, inclusive, que o próprio Ocidente. Para tanto, de modo a visualizar como a China mantém suas filosofias tradicionais na sua política externa em pleno século XXI, é necessário compreender como o país se adaptou à ordem internacional de Estados soberanos, partindo de um dos momentos mais marcantes de sua história, como o período dos *Warring States*, atravessando o tumultuoso século XX e a observando a reorganização da sociedade chinesa no século XXI. A terceira seção foca nas relações bilaterais China-EUA, dando embasamento para a análise que será feita no terceiro capítulo.

2.1 A CHINA IMPERIAL E O PERÍODO DOS *WARRING STATES* (770 a.C. – 221 a.C.)

Analisar o papel da China em períodos mais recentes requer, inicialmente, uma abordagem histórica que observa um dos momentos mais marcantes de toda a história da Ásia

Oriental. É importante ressaltar que a China, ao contrário dos casos anteriores (EUA e Brasil) é uma civilização milenar, o que justifica essa retomada – mesmo que breve – histórica. Ou seja, é importante observar essa longa história para pensar em linhas, mesmo que pré-teóricas, da prática internacional chinesa.

Adam Watson (1992), estudando a história da sociedade internacional, observa o papel da história chinesa. Para ele, o período de 770 a.C. e 221 a.C. foi fundamental para China, tendo em vista que, nesse contexto, o grande império *Zhou*, que governava estados vassallos e semi-independentes por meio do “mandato do céu” (*tian ming*), se fragmentou, reduzindo dramaticamente sua influência. Como consequência, diversos estados conseguiram total independência, sendo denominado de *warring states*, ou estados guerreiros. Como proposto, em meados de 770 a.C., a capital do reino de *Zhou* foi saqueada e sua autoridade colapsou. Esses estados recém-independentes se subdividiram em dois grupos, os centrais e os periféricos. Os primeiros eram menores e representavam uma parcela da antiga dinastia *Zhou*. Os segundos se expandiram para territórios fora da China e se capacitaram militarmente (Watson, 1992; Lyrio, 2010; Bueno; Cabral, 2023).

O estado de *Chu*, no Sul, foi o primeiro estado periférico recém-independente a declarar autonomia diante do reino de *Zhou*. A atitude de *Chu* serviu de exemplo para os estados periféricos buscarem sua autonomia. Uma liga anti-hegemônica surgiu, trazendo elementos da dinastia *Zhou* e combinando estados centrais com inimigos periféricos de *Chu*, para conter o seu domínio. Apesar das tentativas, em 609 a.C., a liga perdeu e o governante do estado de *Chu* incorporou ela em seu governo, utilizando-a como mecanismo de expansão. Finalmente, governo hegemônico foi derrubado pelo estado de *Yuch*, declarando fim ao expansionismo de *Chu* (Watson, 1992; Hendler, 2018; Lyrio, 2010; Bueno; Cabral, 2023).

Watson (1992), Bueno e Cabral (2023) enfatizam o papel da atividade intelectual no período dos *warring states*. Nesse momento, houve debates entre quatro escolas de pensamento: os daoístas, que acreditavam em uma ordem natural não violenta e um papel reduzido do governo; os confucionistas, que entendiam a necessidade do estado, pregavam pelo respeito a autoridade e reestruturação da unidade imperial; os mohistas, que eram pessimistas e advogavam pelo uso da guerra defensiva como chave para a paz; e os legalistas, que eram contra o moralismo, defendiam a autocracia, e viam a paz por meio da conquista universal e subjugação dos estados hostis.

Os legalistas denunciavam tanto a moralidade e tradicionalismo confuciano, quanto a busca pela paz dos mohistas. Os legalistas acreditavam que a guerra tinha propósito de ataque, não defesa, e que uma autoridade política forte poderia fortalecer o estado, evitando

dependências de mercenários ou outros vassalos. Diversos estados periféricos foram atraídos pela escola legalista, principalmente entre governantes que privilegiavam o poder do que a ética (Watson, 1992; Bueno; Cabral, 2023).

O confucionismo, por outro lado, é apresentado por Watson (1992), Bueno e Cabral (2024) como uma das escolas de pensamento mais importantes para a história chinesa. Os confucionistas aceitavam o Estado como autoridade necessária. A filosofia de Confúcio considerava os líderes como “governantes paternais” e que deveriam ser respeitados, pois eles possuíam o “mandato do céu” (*tian ming*). Essa visão entende que o apoio a um líder justo levaria, consequentemente, à obtenção da virtude. Os confucionistas desse período acreditavam que um líder justo e uma sociedade com virtude atrairia a atenção e unificaria a população de toda a China. Nesse sentido, os estados deveriam se unir em prol do respeito ao líder imperial. Uma elaboração dos conceitos confucianos de forma mais aprofundada foi feita no Tópico 3.1.

Watson (1992) descreve, ainda, a ascensão de um outro estado periférico, o de *Qin*, sendo um governo especializado nos ideais legalistas de autocracia, tirania e militarismo. Com base nisso, o estado iniciou uma sequência de guerras entre 230 e 221 a.C., conquistando diversos estados – anexando-os ou os destruindo-os – e reunificando a China. O governo *Qin* se tornou mais centralizado e poderoso do que a antiga dinastia *Zhou*. A administração demonstrou, na prática, o ápice da escola de pensamento legalista.

Com a hegemonia do império *Qin* na China, Watson (1992) aprofunda sobre um dos acontecimentos mais simbólicos desse período. O império, ao perceber a resistência confucionista instigada por intelectuais e civis, começou a queimar livros, decretando todos os materiais escritos no passado como proibidos e passíveis de destruição. Aqueles que se recusavam a obedecer às normas eram sentenciados a morte. Para os autores, o peso da perda, no sentido literário, histórico e cultural, para a China nesse momento foi irreparável. A destruição e as guerras travadas por *Qin* veio a um custo. Quinze anos depois, seu ministro chefe foi assassinado e o governo foi deposto por revoltas internas. A sucessão do governo foi realizada pela dinastia Han, que ascendeu criticando o legalismo e reestruturando o confucionismo na China.

A elaboração sobre este período histórico particular percorrido é importante pois, como proposto por Watson (1992), foi um momento de reestruturação política e filosófica na China, influenciando o país por dois milênios. As disputas hegemônicas e anti-hegemônicas nesse cenário estavam, conforme se percebeu, inclusive no plano das ideias, que acabariam influenciando a própria inserção chinesa na sociedade internacional europeia, que se deu, na visão de Gong (1984), no século XIX. A ordem mundial chinesa era até então marcada por um

sistema voltado para a hierarquia, onde o imperador se encontrava no topo. Para Gong (1984), os sistemas europeu e chinês eram muito diferentes em sua essência. O primeiro se baseava na igualdade entre nações soberanas; e o segundo se pautava nos princípios confucianos do *Tianxia*, ou “tudo abaixo do céu”, em contraposição ao “reino dos espíritos, imortais ou deuses”. Para Zhao (2021), o *Tianxia* contemplava uma visão universal e hierárquica que colocava a China como centro do mundo. Representava, também, uma visão cosmopolita de que divisões culturais, territoriais e políticas são conceitos que são inexistentes na realidade, tendo em vista que o mundo, para essa perspectiva, é completamente integrado.

2.1.1 Visão geral do confucionismo

Para Confúcio (2014), a governança de um líder virtuoso era essencial para a reestruturação da ordem política chinesa. O pensador observava conceitos como: 1) virtude (*de*); 2) prática dos rituais (*li*); 3) música (*yue*), sendo elementos fundamentais para o estabelecimento da moralidade e sinceridade em uma sociedade harmônica. Na visão confuciana, a virtude (*de*) não representa apenas uma qualidade individual, mas uma característica ética que conduz o governante e os indivíduos na sociedade. O foco é, sobretudo, no “autocultivo¹²” e relação harmônica com os demais indivíduos. Assim, um líder virtuoso incentivaria a população a segui-lo sem coerção. Nessa perspectiva, o líder deveria governar não por meio de leis punitivas, mas sim sendo um exemplo moral para o restante do povo (Bueno; Cabral, 2023; Yao, 2000). Na perspectiva de Yao (2000), outro conceito fundamental é o de *Li*, que pode ser traduzido para ritual, ritos, cerimônias, códigos morais ou regras de propriedade. O confucionismo entende que o *Li* representa a busca pela virtude por meio dos rituais. Finalmente, para Zhao (2021) e Yao (2000), a música (*yue*) representa a procura pela harmonia na combinação de sons diversos (podendo até serem opostos) na composição de uma melodia.

A doutrina confuciana se fundamentava em quatro elementos: 1) o caminho (*dao*); 2) o céu (*tian*); 3) a humanidade (*ren*); e 4) a harmonia (*he*). O *dao* é central para um universo harmônico, uma sociedade pacífica e uma boa vida, significando o princípio universal que rege toda a vida humana em relação ao cosmos. Todo ser humano precisa seguir um caminho correto de conduta para atingir o desenvolvimento. Existem três caminhos possíveis: 1) o caminho do

¹² Autocultivo é um termo empregado frequentemente no confucionismo e significa o desenvolvimento pessoal daqueles que seguem os ensinamentos confucianos na busca por harmonia e virtude. É o foco prático da ética confuciana (Da Costa, 2022)

céu (*tian dao*), que enfatiza a ordem moral e cósmica; 2) o caminho dos humanos (*ren dao*), que observa o autocultivo e desenvolvimento pessoal; e 3) o caminho da harmonia (*he dao*), que procura integrar o céu, terra e humanidade (Yao, 2000; Confúcio, 2014).

Quadro 3 – Elementos do *Dao* (caminho) em quadros

Elementos/ caminhos (<i>dao</i>)	Tradução	Significado
<i>Tian dao</i>	Caminho do Céu	Representa o plano externo e a ordem cósmica do universo.
<i>Ren dao</i>	Caminho dos Humanos	Representa a jornada de desenvolvimento humano na terra, se espelhando no cosmos (<i>tian</i>).
<i>He dao</i>	Caminho da Harmonia	Resultado do equilíbrio dinâmico entre o caminho do céu e da humanidade. A harmonia surge nos indivíduos da família, se transbordando para a sociedade e, conseqüentemente, para o mundo todo.

Fonte: elaborado pelos autores com base em Yao (2000)

O caminho do céu (*tian dao*) é compreendido como um plano externo, representando a ordem cósmica do universo. O *tian* é a fonte de origem do significado e valor da vida humana. Para conseguir restaurar a harmonia na terra, é necessário observar o projeto cósmico, ou o caminho do céu. O *Tian* não é um Deus pessoal como no Ocidente, mas sim é algo maior mais abrangente, a realidade última, o princípio que organiza o universo todo. Portanto, representa o núcleo onde a moralidade e ordem social deveria se inspirar. É possível enxergar o caminho do céu como se fosse um projeto para promover a harmonia máxima; portanto, cabia aos humanos concretizarem esse objetivo na prática (Yao, 2000; Confúcio, 2014).

A concretização desse projeto é observada no caminho dos humanos (*ren dao*), uma jornada de desenvolvimento para espelhar a ordem do cosmos do caminho do céu na terra. Ou seja, ao observar e imaginar um universo ideal (caminho do céu), atitudes eram incentivadas para tentar tornar esse idealismo realidade (caminho dos humanos). A busca pela virtude demanda esforço, disciplina e aprendizado; e que a jornada para se tornar uma pessoa boa é resultado de um trabalho ativo. Esse trajeto pode ser mapeado através de oito passos: 1) investigar o seu eu interno; 2) proliferar o conhecimento; 3) tornar a vontade sincera; 4) retificar o coração/mente; 5) cultivar o caráter; 6) regular a família; 7) governar o estado; e 8) trazer a paz ao mundo (Yao, 2000; Confúcio, 2014).

O objetivo final é chegar no caminho da harmonia (*he dao*). A harmonia é um conceito sofisticado que representa o equilíbrio dinâmico de elementos diferentes para criar combinação

rica e compreender como as diferenças são importantes para a compreensão do todo. O oposto não é, necessariamente, algo ruim para o confucionismo, mas sim um complemento essencial. A harmonia se expande em círculos concêntricos, começando dentro das pessoas, com equilíbrios entre emoções e pensamentos, e se espalha para a família, com a busca por relações mais saudáveis. Uma família harmoniosa contribui para criar uma sociedade também harmoniosa. A meta final é sentir essa harmonia no mundo todo. Em suma, o caminho do céu entrega o projeto; o caminho dos humanos é a jornada trilhada com esse projeto; e a harmonia é o destino, o resultado de todas essas ações (Yao, 2000; Confúcio, 2014).

Os pesquisadores Zhao (2021) e Li (2025) reforçam que um dos principais elementos da tradição confuciana é a compreensão de *Tianxia* e *Datong*. A ideia central do sistema *Tianxia* é de que o mundo não deveria possuir, em sua verdadeira essência, interioridade (noção do “eu”) e externalidade¹³ (noção do “outro”). Portanto, o objetivo fundamental dessa perspectiva é transformar um mundo fragmentado (com conflitos e divisões territoriais) em um mundo íntegro e cosmopolita. O *Datong* segue linhas similares, representando uma utopia confuciana de uma sociedade justa e harmônica, sem desigualdade e que enfatiza a moralidade e bem comum.

O *Tianxia* se fundamenta em três elementos: 1) cosmopolitismo, defendendo a integração plena de todas as nações, com o objetivo de reduzir a noção de externalidade, criticando o individualismo egoísta; 2) racionalidade relacional, com a busca pela redução das controvérsias e incentivo aos interesses mútuos; e 3) aperfeiçoamento confuciano, que parte do pressuposto de que uma sociedade só evolui quando todas as outras seguem o mesmo caminho, portanto todos os países precisam ter aperfeiçoamento e prosperidade em conjunto (Zhao, 2021, p. xv). Nesse viés, o mundo só se torna um espaço integrado quando essa noção de externalidade deixa de existir, compreendendo que toda a raça humana faz parte de um único povo. O *Tianxia* é, sobretudo, uma ferramenta da filosofia confuciana que se adequa às relações internacionais. Uma análise mais aprofundada deste sistema como proposta para uma perspectiva teórica das Relações Internacionais se encontra no próximo capítulo.

É necessário pontuar que, apesar dos ideais cosmopolitas e multilaterais, harmonia não pressupõe, necessariamente, igualdade. A noção do *Tianxia* surge do sistema hierárquico chinês, que subentendia um mundo onde a China se mantinha no centro, e as demais nações deveriam pagar tributos ao Estado chinês. A seguir, será continuada a breve retomada histórica da China, com foco no período contemporâneo.

¹³ Esse princípio é apresentado por Zhao (2021) como *wuwai* (无外).

2.2 A CHINA DO SÉCULO XIX À REVOLUÇÃO DE 1949

O ponto de virada na história da China ocorreu no final do século XVIII e início do século XIX quando diversos navios europeus chegaram na costa chinesa e, com isso, as diferenças sistemáticas entre dois mundos ficaram extremamente visíveis. Houve diferenças diplomáticas entre o Ocidente e a China, principalmente no que se referia à cultura diplomática¹⁴. Na lei, as diferenças surgiram em relação a responsabilidade coletiva chinesa contra a justiça individualista ocidental. As tensões ficaram claras, também, por conta do comércio. A Grã-Bretanha passava por crises no que se referia ao seu déficit comercial e, de forma de reverter a questão econômica, o país passou a vender ópio para a China (Gong, 1984; Monroe, 2014). Antes da Guerra do Ópio (1839), a China organizava suas relações internacionais em torno do sistema hierárquico e tributário. Parte disso deriva da visão confuciana de que a civilização chinesa tradicional colocava o imperador como “filho do céu”, com o “mandato do céu”, e que tinha como “destino” governar o mundo inteiro. A autoridade, nesse caso, representaria a China, que deveria ser respeitada pelas outras nações em troca de benevolência.

Na visão de Gong (1984) e Monroe (2014), conforme a população chinesa ficava cada vez mais dependente do ópio britânico, o comissário Lin Tse-Hsu, em 1839, confiscou e destruiu uma ampla parcela do entorpecente estrangeiro, iniciando-se assim a Primeira Guerra do Ópio. Apesar do esforço chinês, a derrota foi iminente e decisiva para o rumo histórico da China, pois, com a assinatura do Tratado de Nanquim, o país foi obrigado a abrir por completo seus portos para outras nações; perdeu o controle sobre suas próprias tarifas de exportação; teve que respeitar a lei da extraterritorialidade¹⁵; e foi obrigada a alterar suas instituições, como o Ministério dos Ritos para Ministério das Relações Exteriores. Em suma, a China não se aproximou da comunidade internacional de forma voluntária, mas sim pela imposição ocidental, alterando o país interna e externamente com valores que não pertenciam ao Estado chinês.

¹⁴ Na cultura diplomática chinesa, o *Kowtow* é um ato costumeiro de reverência à autoridade na China tradicional. Representava a ação de se curvar diante da autoridade a ponto de ter a cabeça encostada no chão. Representou, nesse contexto, o início das infintas divergências culturais entre a China e o Ocidente (Kowtow, 2023).

¹⁵ Nesse contexto, extraterritorialidade se refere a estrangeiros em território chinês que estavam sujeitos às leis de seus próprios países e não da China. Isso reduziu a autonomia do Estado chinês em gerenciar os estrangeiros que permaneciam em seu território (Gong, 1984).

Sob esse viés, Buzan e Acharya (2010) analisam que a sociedade internacional sinocêntrica, ou seja, pré-ocidental, era organizada em torno do sistema tributário chinês. Os países deveriam pagar tributos à China para ter acesso ao seu mercado. Conforme visto por Gong (1984), essa sociedade se fragmentou com a inserção forçada de valores ocidentais no território chinês. A China foi forçada a deixar de ser um império e se tornar Estado soberano em uma sociedade internacional pautada no individualismo ocidental. Tendo início com as guerras do ópio, a China passou por uma fase fundamental para sua história recente: o “Século de Humilhação”. O país não conseguia mais resistir à dominação ocidental, se fraturando e reduzindo a um estágio quase colonial.

Para aprofundar sobre o que foi o Século de Humilhação, e com o propósito de direcionar o trabalho, é necessário compreender como se estabeleceram as relações entre China e EUA. Apesar das interações anteriores, as relações oficiais entre a Beijing e Washington iniciaram oficialmente em 1844, com o Tratado de *Wangxia*, que estabelecia o status dos EUA como “nação mais favorecida”¹⁶. Outros tratados foram firmados, como o de *Tanjin*, garantindo maior poder e influência dos EUA no mercado chinês. Para Monroe (2014), a população chinesa passou a observar o período do século de humilhação como associado aos EUA, mesmo tendo como principal inimigo a Grã-Bretanha. Isso se deve ao fato de os EUA terem se aproveitado indiretamente da economia chinesa, principalmente por meio da cláusula de nação mais favorecida. Isso gerou descontentamento em muitos chineses na atualidade (Monroe, 2014; Cohen, 2010).

Os EUA também utilizaram seu status de nação mais favorecida para se beneficiar de uma China devastada após a primeira guerra sino-japonesa (1894-1895), momento em que a nação asiática foi obrigada a entregar ao Japão direitos de construir fábricas em seu território, além de ceder o controle de Taiwan. Também nesse período, os EUA propuseram uma política de “porta aberta”¹⁷ com a China, medida que garantia acesso livre ao mercado chinês. Todas essas ações criavam uma situação em que a China deveria seguir os interesses do Ocidente, sobretudo dos EUA, o que intensificou os descontentamentos chineses em relação aos americanos (Monroe, 2014; Cohen, 2010).

Para Best, Hanhimäki, Maiolo e Schulze (2015), o início do século XX foi marcado por acontecimentos como o avanço do império japonês em direção à China. O Ocidente,

¹⁶ Os EUA possuíam os mesmos privilégios que outros países ocidentais na China, como a extraterritorialidade, acesso irrestrito ao mercado chinês e tarifas fixas (Cohen, 2010).

¹⁷ Porta aberta representa uma política em que os países em determinado território possuem políticas de acesso livre ao seu mercado. Foi uma política utilizada pelos EUA em relação ao mercado chinês no século XIX, representando, assim, o acesso igualitário ao mercado da China (Best; Hanhimäki; Maiolo; Schulze, 2015, p. 65).

principalmente os EUA, buscavam o comércio com o mercado chinês e viam o avanço do Japão em territórios como Taiwan (1894), Sul da Manchúria (1905) e Coréia (1910) como um problema para a economia americana. Com base nisso, os EUA investiram na contenção japonesa para manter a economia de “porta aberta” chinesa intacta.

Mesmo com essa oposição “conjunta” contra o Japão, as relações sino-americanas se mantiveram instáveis. Monroe (2014) e Cohen (2010) afirmam que o novo século foi marcado por um descontentamento cada vez mais intensivo da China em relação ao Ocidente e, em consequência, aos EUA. Essa intensificação promoveu acontecimentos como a Revolta dos Boxers (1900), momento em que nacionalistas pró-império Qing atacavam postos diplomáticos ocidentais, instituições religiosas cristãs e protestavam como forma de condenar a influência ocidental. O nacionalismo cresceu ao ponto que, em 1911, quando o império Qing recebeu empréstimos de países estrangeiros para construir ferrovias na China, nacionalistas antiocidentais formaram uma rebelião contra a dinastia, estabelecendo uma república. Apesar das tentativas de estabilizar a estrutura territorial, a China republicana não conseguiu manter controle de suas províncias. Assim, o país estava cada vez mais enfraquecido diante da ofensiva japonesa (Best; Hanhimäki; Maiolo; Schulze, 2015).

Consoante Best, Hanhimäki, Maiolo e Schulze (2015), com a entrada do Japão na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) por conta da distração ocidental com a guerra na Europa, o país tomou medidas contra a China, como demandar as Vinte e Uma Exigências¹⁸, que visavam garantir concessões políticas e econômicas. Contudo, a forte pressão por parte do Ocidente contra as medidas japonesas e a resistência da China impediu o Japão de atingir todos os seus objetivos. Durante a Conferência de Paz de Paris (1919)¹⁹, o Japão garantiu o controle temporário sobre o território chinês de *Jiaozhou*, retornando-o à China em 1922, com a Conferência de Washington²⁰. A conferência também possibilitou a assinatura do Tratado das Nove Potências, que reformulou as políticas de “portas abertas” na China, restabelecendo sua integridade territorial, controle de tarifas e abolição da extraterritorialidade imposta desde o fim da Guerra do Ópio.

¹⁸ Um conjunto de exigências impostas pelo Japão contra a China em 1915. Entre elas: secessão da região de *Jiaozhou* ao Japão; e as concessões econômicas e políticas que aumentariam a influência japonesa em regiões como Manchúria, vale do *Yangtse* e *Fujian* (Best; Hanhimäki; Maiolo; Schulze, 2015, p. 67).

¹⁹ Foi um encontro entre mais de trinta países aliados que buscavam estabelecer um novo sistema internacional para buscar a paz logo após a Primeira Guerra Mundial (Best; Hanhimäki; Maiolo; Schulze, 2015, p. 43).

²⁰ A Conferência de Washington reuniu as principais potências para discutir as estruturas de cooperação do pós-Primeira Guerra. Estabeleceu-se o Tratado das Cinco Potências, que focou na limitação do armamento naval; o Pacto das Quatro Potências, que focou na manutenção do *status quo* do Pacífico; e o Tratado das Nove Potências, que impôs o compromisso aos signatários em respeitar a autonomia chinesa (Best; Hanhimäki; Maiolo; Schulze, 2015, p. 68-69).

Retomando Best, Hanhimäki, Maiolo e Schulze (2015, p. 70) e Monroe (2014), a Conferência de Washington gerou um sentimento amargo para a China. O país estava exaurido de ser alvo de manobra econômica por parte das grandes potências da época. Portanto, aqueceu-se movimentos socialistas e revolucionários como consequência do descontentamento popular em relação à passividade chinesa com a crescente exploração ocidental. Nesse sentido, a China precisava, na visão dos autores, observar o movimento nacionalista como forma de combater o imperialismo ocidental. O *Guomindang* (GMD)²¹, ou partido nacionalista chinês, surgiu nesse momento não apenas para modernizar e estabilizar a China, mas também para combater a influência ocidental.

Contudo, para isso, era necessário apoio externo. Essa ajuda foi concedida pelo *Communist International* (Comintern)²², movimento bolchevique que tinha como objetivo exportar o movimento anticolonial e o socialismo para os países do terceiro mundo. Não obstante o partido nacionalista chinês não ter advogado pelo comunismo em sua totalidade, o *Comintern* apoiou o movimento por acreditar não apenas na exportação socialista, mas também no fim do imperialismo ocidental, pauta essa também defendida pelos nacionalistas chineses. Portanto, apesar de, no futuro, o GMD criado por Sun Yatsen não tivesse tido relações amistosas com o Partido Comunista Chinês (PCC), sob comando de Mao Tsé-Tung, em sua gênese contou com algumas características socialistas, como a de não-intervenção ocidental, que atraiu a atenção *Comintern* (Best; Hanhimäki; Maiolo; Schulze, 2025, p. 71).

Pela lente de Best, Hanhimäki, Maiolo e Schulze (2015, p. 71), a ajuda soviética possibilitou o GMD a avançar politicamente e militarmente. Os nacionalistas realizaram boicotes para paralisar o comércio britânico e ampliaram suas forças para regiões como *Guangdong* e *Guanxi*. O novo líder do movimento, Jiang Jieshi²³, lançou uma expedição para o norte, com o objetivo de unificar o país. Esse sucesso expedicionário fez com que as grandes potências ocidentais negociassem; contudo, o Japão se recusou a ceder seus planos e interesses na Manchúria. É nesse cenário que, na crise na Manchúria (1931)²⁴, o Japão tentou instituir uma “Doutrina Monroe” na Ásia, criando um bloco regional em sua liderança. No âmbito

²¹ Consoante Best, Hanhimäki, Maiolo e Schulze (2015, p. 71), o *Guomindang* (GMD) foi o partido Nacionalista Chinês, criado por Sun Yatsen em 1913. Entrou no poder em 1928, no comando de Jiang Jieshi, e promoveu eventos como a guerra contra o Japão em 1937. Contudo, perdeu controle da China continental em 1949 para os revolucionários socialistas, se alocando para governar Taiwan, sob viés ocidental.

²² O *Communist International* (Comintern), foi uma iniciativa bolchevique fundada em Moscou em 1919 com o propósito de apoiar atividades de partidos socialistas no exterior. Entretanto, deixou de existir em 1943 como atitude stalinista de demonstrar aos EUA e Reino Unido que a União Soviética não buscava exportar o seu modelo socialista (Best; Hanhimäki; Maiolo; Schulze, 2015, p. 71).

²³ Chiang Kaishek: *Jiang Jieshi* (Best; Hanhimäki; Maiolo; Schulze, 2015).

²⁴ Momento em que o exército japonês na Manchúria, elaboraram um incidente e tomaram a região, criando-se assim o estado fantoche de Manchukuo (Best; Hanhimäki; Maiolo; Schulze, 2015).

doméstico da China, sob liderança de Jiang Jieshi, o país se fortalecia, reunindo apoio dos comunistas do PCC.

Consoante Cohen (2010) e Wang (2021), a Segunda Guerra Sino-Japonesa demonstrou a dúvida estadunidenses sobre qual grupo (PCC ou GMD) deveriam apoiar. Inicialmente, Washington havia sustentado uma política pragmática em relação aos dois partidos, apoiando e elogiando inclusive a organização do PCC. Os EUA haviam cogitado, nesse período, ajudar militarmente o PCC no embate contra o Japão, mas foram impedidos pelo GMD, que detinha controle maior sobre a China.

Após 1935, o Partido Comunista Chinês havia suavizado suas críticas a Washington, buscando uma parceria pragmática que beneficiaria o partido comunista. Esse cenário serve para explicar que os EUA já tiveram relações estáveis e parcialmente amigáveis com os comunistas chineses antes de 1949. Com o Massacre de Nanquim²⁵, em 1937, durante a segunda guerra Sino-Japonesa, os EUA se aproximaram da China fornecendo financiamento para compra de suprimentos de guerra em mais de 100 milhões de dólares até 1940. A partir desse momento, as relações entre China e EUA aparentavam estar melhorando (Cohen, 2010; Wang, 2021).

Um ponto crucial levantado por Gong (1984 apud Buzan; Acharya, 2010) é de que o Ocidente, no final do século XIX, passou a ditar quais os países não-ocidentais que poderiam ou não integrar à sua sociedade internacional. O Ocidente, de certo modo, criou um “padrão de civilização” em que apenas aqueles países que se conformarem com as práticas ocidentais poderiam fazer parte de forma justa. Com o século XX e a fragilização da sociedade ocidental durante a Primeira e Segunda Guerra Mundial, o “padrão de civilização” ocidental foi enfraquecido, reduzindo seus critérios de entrada. Neste contexto, os autores compreendem que o enfraquecimento da ordem europeia facilitou uma maior integração chinesa na sociedade internacional sem que houvesse uma grande perda de seus valores culturais em relação aos princípios europeus. É neste cenário que a China se consolida como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Cabe ressaltar que a vitória do PCC e a revolução comunista de 1949 ocorreu em um cenário de mudança paradigmática nos Estados Unidos. O país estava saindo de uma lógica isolacionista e pragmática para caminhar em direção a um viés anticomunista, fomentado pelo confronto contra a URSS durante a Guerra Fria. Esse novo “mito”, como proposto por Mead

²⁵ Um dos acontecimentos mais traumáticos da Segunda Guerra Mundial foi no momento em que o exército japonês, sob comando do imperador, invadiu a cidade chinesa de Nanquim e aniquilou, destruiu e abusou dos civis, sob a pretensão de desmoralizar a China (Cohen, 2010; Best; Hanhimäki; Maiolo; Schulze, 2015).

(2001), pavimentou uma agravante inflamação das relações entre a China e os EUA deste contexto em diante (Cohen, 2010; Wang, 2021). Os EUA passaram a enxergar a China continental como um braço de manobra do socialismo soviético, continuando a reconhecer apenas Taiwan, sob governo de Chiang Kai-Shek, como legítimo para as relações com Washington. Dentro da China, diplomatas foram expulsos e houve ataques à presença americana, o que prejudicou ainda mais as relações entre ambos os Estados. Devido a esse cenário conflituoso, os EUA reforçaram parcerias com nações asiáticas de ideologia política e econômica similar, como com o Japão, além de antecipar uma possível guerra nas Coreias envolvendo a China. Ou seja, os EUA, que há poucas décadas haviam auxiliado a China em sua “emancipação” contra o Japão, acabou por se aliar com um dos maiores inimigos históricos de Beijing, o que fragmentou ainda mais as suas relações (Wang, 2021; Cohen, 2010).

Apesar das melhorias singelas em relação à participação da nação asiática na sociedade internacional, o período revolucionário teve como consequência a rejeição da China continental da ordem internacional ocidental, perdendo seu assento no CSNU para o governo nacionalista de Taiwan. Uma ampla parcela de países a partir de então passaram a reconhecer Taipei como a capital diplomática da China. Parte desse afastamento chinês em relação à diplomacia global ocorreu pelo alinhamento da China ao bloco comunista durante a Guerra Fria, ocasionado pela vitória do partido comunista chinês em 1949. A rivalidade entre a China de Mao Tsé-Tung e os Estados Unidos durou duas décadas e representou tanto a tentativa estadunidense de conter Beijing, quanto a rejeição chinesa das normas ocidentais. No que se refere as suas relações com a URSS, a China nos seus primeiros anos revolucionários, permaneceu aliada o bloco soviético, principalmente no que se refere à “exportação socialista”, mas rompeu relações com Moscou devido a divergências ideológicas. Após isso, defendeu diversos movimentos revolucionários em países do Terceiro Mundo. Essa atitude durou pouco tempo tendo em vista que, após 1970, sob o governo de Deng Xiaoping, a China mudou seu discurso revolucionário para um mais voltado ao Estado e às instituições. Isso pavimentou, também, a reinserção da nação na sociedade internacional (Buzan; Acharya, 2010; Buzan, 2010).

Um momento importante levantado por Buzan e Acharya (2010) é que a China pré-1949 tentou se integrar à sociedade internacional principalmente por conta de pressões externas. Com o governo de 1978, essa tentativa retornou, não em razão de uma pressão externa, mas sim devido a reformas internas e mudanças na política externa. Com o governo de Deng Xiaoping, a China abandonou a resistência contra o Ocidente ao mesmo tempo que mesclou o capitalismo, socialismo e elementos tradicionais, processo conhecido como que ficou conhecido como “socialismo com características chinesas”. A abertura para a entrada na sociedade internacional

se tornou mais fácil com o fim da descolonização. Em suma, houve uma diferença entre o governo de Mao Tsé-Tung, estruturado no desenvolvimento pelo afastamento e condenação total do Ocidente, em relação à administração de Deng Xiaoping, focada no crescimento pacífico dentro do *status quo* ocidental.

Em suma, o ponto de virada da história da China nos séculos XIX e XX ocorreu com a chegada de embarcações europeias em território chinês que culminaram na Primeira Guerra do Ópio (1839) e no Século de Humilhação. A China foi forçada a concordar com o “padrão civilizacional” ocidental, assinando tratados desiguais, abrindo seu mercado e aceitando a extraterritorialidade. Os EUA embora não tenham participado diretamente destes confrontos contra a China, se aproveitou de forma indireta de privilégios. Enquanto o nacionalismo chinês crescia, países como o Japão e EUA, se aproveitavam do enfraquecimento do país. Com a vitória comunista em 1949, a nação se alinhou com a URSS contra o Ocidente, contudo voltou atrás na década de 1970 com a abertura comercial, buscando, desta vez, se inserir na sociedade internacional de forma pacífica (Buzan; Acharya, 2010; Cohen, 2010; Gong, 1984).

2.3 A ABERTURA COMERCIAL E AS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS DOS ANOS 1970 AO GOVERNO DE BARACK OBAMA (2009-2017)

Conforme indica Cohen (2010) e Wang (2021), durante a segunda metade do século XX, as relações entre os dois países eram de tensões, hostilidade e isolamento. Apesar disso, na década de 1970 houve uma reaproximação entre a China e EUA, sob o governo de Richard Nixon. O contexto desse momento era de que a China e a União Soviética começaram a ter divergências, o que possibilitou um reestabelecimento das relações, mesmo que pragmáticas, entre Beijing e Washington. Depois da aproximação, houve uma ampliação das relações comerciais entre China e EUA a partir dos anos 1980. Empresas americanas começaram a investir profundamente na China os produtos *Made in China* começaram a se espalhar pelos EUA. Esse novo cenário foi impulsionado, em grande medida, pela abertura econômica de Deng Xiaoping em 1978.

Não obstante a reaproximação pragmática entre China e EUA, eventos como o massacre da Praça Tiananmen²⁶ (ou Praça Celestial), em 1989, fragilizaram as relações entre os dois

²⁶ Momento em que estudantes chineses foram às ruas protestar em prol da democracia, liberdade de expressão, responsabilidade e transparência governamental. A insatisfação surgiu da corrupção, inflação, abuso de poder estatal e desigualdade na China. O governo chinês, de modo a conter os manifestantes, enviou seu Exército de Libertação Popular para reprimir os protestantes. O exército atacou civis desarmados, promovendo centenas de mortos (Cohen, 2010; Wang, 2021; Monroe, 2014).

países. O momento relembrou a profunda diferença ideológica e cultural entre as duas nações. A década de 1990 se tornou um período de relações pragmáticas. De um lado, a interação econômica continuava de forma intensa, mas, de outro, pontos de atritos também se intensificavam, como a pauta de direitos humanos, a venda de armas à Taiwan e o roubo de propriedade intelectual (PI). Os países eram parceiros econômicos, mas rivais estratégicos (Wang, 2021; Cohen, 2010).

Embora houvesse tentativas de reconexão entre as duas nações durante o governo de Bill Clinton (com seu apoio à inserção chinesa na OMC²⁷), o final do século XX evidenciou o fato de que as relações entre Washington e Beijing foram gravemente abaladas, deixando de lado as interações entre possíveis “parceiros estratégicos” e abrindo espaço para “competidores estratégicos” (Lieberthal; Wang, 2012).

O governo Bush (2001-2009) demonstrou uma mudança nas relações com a China. Como proposto, as interações pragmáticas entre Washington e Beijing cederam espaço para um contato mais tenso e competitivo. A postura firme em relação a Taiwan – com o presidente destacando que os EUA fariam “o que fosse necessário” para apoiar a ilha – inflamou a cooperação estratégica entre os dois países (Best; Hanhimäki; Maiolo; Schulze, 2015; Cohen, 2010; Zhu, 2006).

Com o 11 de setembro de 2001 e o início da “guerra ao terror”, houve uma aproximação singela entre os EUA e a China. O governo chinês concordava com as medidas antiterroristas propostas pelos americanos, observando de forma positiva, inclusive, a invasão estadunidense no Afeganistão (Cohen, 2010; Zhu, 2006).

Outro ponto elementar diz respeito à entrada da China na OMC, também em 2001. Parte do motivo de o país ter se integrado ao mecanismo está ligado ao crescimento exponencial da nação e a busca por recuperar “seu estado de direito” no mundo, obtendo prestígio como uma potência respeitada, mesmo após o “século de humilhação”. O foco da China em instituições como a OMC era de se tornar uma nação *status quo*, ou seja, cumpridora de regras do sistema internacional, compreendendo que os mecanismos internacionais poderiam ser mais facilmente observados e as regras moldadas aos interesses do país caso se mantivesse próximo (Wang, 2021; Fravel, 2025; Lyrio, 2010; Zhu, 2006). O ex-primeiro-ministro Zhu Rongji negociou a entrada da China na OMC com o objetivo de aplicar uma terapia de choque induzida externamente para eliminar elementos não competitivos da economia chinesa e desenvolver

²⁷ Durante seu governo, Clinton apoiou a inserção chinesa na Organização Mundial do Comércio, acreditando que isso promoveria reformas econômicas e políticas na China (Lieberthal; Wang, 2012; Best; Hanhimäki; Maiolo; Schulze, 2015).

novas dimensões competitivas. A China negociou astutamente sua entrada na OMC como um país em desenvolvimento, mas apesar de a China ter lutado por esse título, na prática, ela quase não recebeu nenhum dos benefícios inerentes ao status de país em desenvolvimento, além de poder usar o título (Mahbubani, 2020).

Não obstante o otimismo inicial da integração chinesa no mecanismo de cooperação econômica, houve um ceticismo estadunidense, desconfiando se a China realmente cumpriria seus deveres na organização. Parte dessa falta de confiança vinha do fato da China não ser um país democrático, portanto imprevisível para os padrões ocidentais. Portanto, a adesão chinesa na OMC teve como objetivo o desenvolvimento pacífico e não o caminho revisionista e agressivo. O país se integrou profundamente no sistema internacional; contudo, o ceticismo ocidental em relação à China se manteve, principalmente em áreas como defesa de propriedade intelectual, democracia, direitos humanos e subsídios estatais (Cohen, 2010; Wang, 2021).

Apesar da contida desconfiança, a administração Bush tentou, por sua vez, observar a China como parceira diplomática – mesmo que pragmática –, havendo, inclusive, visitado o país entre 2002 e 2003. Em 2005, Bush constatou que as relações entre EUA e China estavam em um “ápice histórico”. Os EUA chegaram até a reprimir o então presidente taiwanês Chen Shui-bian quando este defendeu a independência de Taiwan. Apesar disso, os interesses entre os EUA e Taiwan continuavam intrínsecos. Nesse cenário, tensões continuavam a crescer na ilha, principalmente entre os militares chineses que se descontentavam com as contínuas vendas de armas americanas para Taiwan. Ademais, na área comercial, Washington se incomodava com seu déficit comercial²⁸ em relação a Beijing, além de se preocupar com a desvalorização do yuan – que facilitava a produção e venda de produtos baratos vindos da China, ampliando o déficit comercial estadunidense –, as violações de propriedade intelectual (PI) e a busca de aquisição de empresas petrolíferas americanas²⁹ pela China (Cohen, 2010; Zhu, 2006).

Em um cenário futuro, Yan (2010), Wang (2021) e Cohen (2010) afirmam que o governo Obama (2009-2017) demonstrou uma busca de cooperação dos dois lados; contudo, a realidade mostrou, na verdade, uma “amizade superficial” entre Beijing e Washington. Obama foi o primeiro presidente americano a visitar a China em seu primeiro ano de mandato. O objetivo da visita ao governante chinês Hu Jintao era a cooperação e o desenvolvimento das relações China-EUA. O presidente americano evitou, inclusive, discutir sobre temas sensíveis,

²⁸ Déficit comercial é quando um país importa mais do que exporta. No caso sino-americano, é histórico que os EUA comprem mais produtos vindos da China do que o contrário (Cohen, 2010; Zhu, 2006).

²⁹ Em 2005, a estatal chinesa CNOOC tentou comprar a empresa petrolífera americana UNOCOL, mas foi impedida pelo Congresso Americano que temia um domínio energético chinês sobre os EUA (Cohen, 2010).

como Taiwan, Tibete e direitos humanos, acreditando que essas discussões poderiam ter desafiado a cooperação dos dois países. Apesar dessa pacificidade inicial, não demorou muito até que as relações entre as duas nações declinassem, tendo em vista as críticas realizadas por Hillary Clinton, Secretária de Estado estadunidense, à ausência de liberdades na internet na China, a contínua venda de armas a Taiwan, sanções comerciais e o encontro de Obama com o Dalai Lama – líder espiritual do Tibete, região que reivindica autonomia em relação ao governo chinês – o que ampliou as tensões.

Em contrapartida a esses fatores, na visão de Yan (2010), Wang (2021) e Cohen (2010), o presidente Obama cunhou o termo “G2”, ou uma liderança global conjunta com a China após a crise de 2008, sendo os dois países que guiariam o mundo para um período de pós-crise. Contudo, a China rejeitou essa liderança conjunta, deixando claro que não estava pronta para compartilhar a liderança com os EUA. Apesar desses momentos de deterioração das relações entre Beijing e Washington, a China evitou retaliação contra os EUA por continuarem as vendas de armas a Taiwan, promovendo uma imagem de conciliação. Ademais, foi nesse contexto que a administração Obama divulgou sua nova proposta de “*pivot to Asia*”, ou pivô para a Ásia; a iniciativa que incentivava o redirecionamento de recursos militares, políticos e econômicos estadunidenses do Oriente Médio para a região da Ásia-Pacífico, fortalecendo alianças de segurança e promovendo a democracia e os direitos humanos nos países asiáticos sem confrontar diretamente a China. O governo Obama também propôs a Parceria Transpacífico (TPP), um acordo que se assemelhava a um de livre comércio entre 12 países da Ásia, Oceania e América, com o objetivo de reduzir tarifas e estabelecer relações econômicas fortes. O TPP foi estruturado estrategicamente para impedir que a China conseguisse entrar, servindo como mecanismo de contenção.

Quadro 4 – Áreas de desconfiança estratégica entre China e EUA pós-2008

CHINA	EUA
Iniciativa <i>Pivot to Asia</i> e TPP propostas pelos EUA.	Roubo de propriedade intelectual (PI) e ataques cibernéticos pela China.
Aproximação estadunidense do Japão, Taiwan, Coreia do Sul, Filipinas, Índia e Vietnã.	Crença no desejo chinês em “dominar” a Ásia.
Interferência estadunidense no Mar do Sul da China.	Violação de direitos humanos por parte da China.
Temor chinês em relação a uma possível busca por desestabilização fronteiriça na Coreia do Norte pelos EUA.	Falta de transparência militar da China.

Fonte: elaborado pelos autores com base em Lieberthal e Wang (2012)

Pela lógica de Lieberthal e Wang (2012), a “desconfiança estratégica” representa uma visão compartilhada entre China e EUA fundamentada na compreensão de que, em longo prazo, os planejamentos mútuos são fundamentalmente hostis um para com o outro, dificultando a cooperação. Após 2008, ambos os países tomaram atitudes que ampliaram a desconfiança conjunta, visíveis no Quadro 4 acima.

Após 2011, a China se tornou mais assertiva e nacionalista sob o governo de Xi Jinping (2013 – presente), reivindicando territórios no Mar do Sul da China, defendendo seus interesses estratégicos e buscando reconhecimento como potência global. Em um momento seguinte, o presidente chinês propôs aos EUA uma relação baseada no respeito mútuo e na não interferência, com a ideia de que as duas maiores potências deveriam compartilhar responsabilidades globais. O Ocidente, e particularmente os EUA, viram com desconfiança essa iniciativa, acreditando que se tratava de uma forma de a China propor uma nova ordem internacional (Wang, 2021; Cohen, 2010; Hendler, 2018).

Em outros momentos, como em 2013, Barack Obama e Xi Jinping se reuniram para discutir temas como mudanças climáticas e cibersegurança e, em 2015, houve a colaboração dos EUA e da China no Acordo de Paris sobre mudanças climáticas, demonstrando uma reconexão de princípios entre os dois países em algumas áreas. O que é possível inferir do período Obama é que as relações entre China e EUA estavam mais instáveis no final de seu governo do que no início, mesmo com a colaboração em algumas áreas no multilateralismo. Isso ocorreu devido à crescente assertividade chinesa por conta do governo da crise de 2008, que havia enfraquecido os EUA, ampliando a busca de projeção chinesa (Wang, 2021; Cohen, 2010; Hendler, 2018).

Na perspectiva de Hendler (2018), um outro ponto elementar das relações entre EUA e China durante o governo de Barack Obama e Xi Jinping, a partir de 2013, foi a intensificação, por parte da nação asiática, da construção de uma sociedade sinocêntrica³⁰ por meio de projetos. A projeção chinesa através da iniciativa BRI representa uma materialização dessa visão sinocêntrica, estruturada, nesse cenário por meio dos vetores político-militar, economia política e simbólico-institucional. O BRI foi lançado em 2013 com o propósito de expandir a influência global da China por meio da cooperação, investimento em infraestrutura, comércio e conectividade. Isso ocorreria por meio da criação de novas rotas comerciais e financiamento interno em países parceiros para fortalecer laços diplomáticos. A iniciativa possui três elementos fundamentais: 1) *economic Statecraft*, uso de ferramentas econômicas em

³⁰ Para Fravel (2025) a sociedade sinocêntrica é uma meta da China em atingir uma comunidade calcada nos valores de segurança, desenvolvimento e civilização comuns, enfatizando a liderança chinesa nesse processo.

alinhamento com o Estado na busca por seus interesses; 2) diplomacia simbólica, associação da BRI às antigas Rotas da Seda, sobretudo por meio da narrativa da busca pela cooperação no Sudeste Asiático; e 3) projeção militar/diplomática estratégica no Indo-Pacífico, utilizando a construção de infraestruturas de duplo uso.

O quadro abaixo sintetiza os principais marcos da relação entre EUA e China, desde o início do século XX até meados do século XXI. Este estudo será retomado no próximo capítulo, pois o próximo tópico discutirá o confucionismo dentro de uma perspectiva multifacetada, o que permitirá a observação dos discursos do governo chinês em reação à guerra comercial dos EUA nos tempos recentes.

Quadro 5 – Natureza e características das relações entre EUA e China (1900-2017)

Período	Natureza da relação	Características
1900-1949	Cooperação em período de conflito	Apoio contra o Japão e Revolução Chinesa
1949-1971	Hostilidade	Afastamento e embate ideológico
1971-1979	Reaproximação	Diplomacia e abertura econômica
1980-1989	Cooperação econômica pragmática	Crescimento e pragmatismo
1990-2008	Parceria em algumas áreas (antiterrorismo, por exemplo) e rivalidade em outras (Taiwan)	Integração global (entrada da China na OMC) e tensões regionais
2008-2017	Competição estratégica	Véspera da intensificação da guerra comercial, afastamento e embate na área tecnológica

Fonte: elaborado pelos autores com base em Wang (2021), Cohen (2010) e Hendler (2018).

3 O CONFUCIONISMO COMO TRADIÇÃO DE PENSAMENTO CHINÊS: DAS BASES DO PENSAMENTO À ANÁLISE DA REAÇÃO CONTRA A GUERRA COMERCIAL

Conforme visto anteriormente, a partir da observação dos paradigmas nos casos dos EUA e do Brasil, consoante Mead (2001) e Cervo (2008), é possível pensar em linhas ideacionais que estejam presentes na cultura política chinesa. Para Watson (1992), em relação às quatro escolas de pensamento chinesas que surgiram entre 770 a.C. e 221 a.C., o confucionismo foi o paradigma que perdurou pelo maior período. Embora o legalismo tivesse tido uma influência crescente na China após o século VI a.C. com o governo da dinastia *Qin*, o confucionismo sobreviveu por mais de dois milênios desde sua gênese. Para tanto, é crucial observar a influência desta tradição filosófica no cenário geopolítico da China e visualizar de que modo o país adapta à ordem internacional enquanto critica as atitudes americanas e apresenta uma visão de mundo completamente alternativa. Uma síntese da estrutura deste capítulo poderá ser vista a seguir.

Este capítulo apresenta, a princípio, uma observação do confronto comercial entre EUA e China (2017-2024) por meio de uma análise exploratória de fontes, como os discursos proferidos por líderes chineses em diversos fóruns multilaterais, como indicado na Introdução desta monografia. Ao longo da contextualização sucinta da guerra comercial nos tópicos 3.1 e 3.2, os principais trechos dos discursos chineses serão apresentados de modo a demonstrar a resposta direta da China em relação ao confronto. Finalmente, avalia-se as respostas chinesas à guerra comercial imposta pelos EUA através dos discursos das autoridades, buscando-se a influência dos elementos do confucionismo.

3.1 A CHINA DIANTE DA GUERRA COMERCIAL IMPOSTA PELOS EUA DURANTE O GOVERNO TRUMP (2017-2021)

Como proposto anteriormente, a inserção chinesa na sociedade internacional não ocorreu de forma harmônica, mas sim de maneira repressiva, tendo em vista que as sequências de interações entre a China e o Ocidente a partir do século XIX demonstraram relações tênues entre ambos. Nas palavras de Kaufman (2011), o século de humilhação (1839-1949) representou, para a China, uma perda de território, de controle do ambiente interno e externo, e uma perda de posição internacional e dignidade. Embora a Grã-Bretanha e Japão tivessem sido

protagonistas na rivalidade contra a China, os EUA também prejudicaram a China de forma indireta (Monroe, 2014; Kaufman, 2011).

Como discutido no segundo capítulo, o governo Obama enfatizou uma fragmentação ainda maior das relações entre EUA e China, principalmente devido aos crescentes tensionamentos na ilha de Taiwan e em toda a região que engloba o Mar do Sul da China. Além disso, ainda em seu mandato, Obama já havia proposto aumento do embargo tarifário a Beijing. Todos esses motivos, em conjunto com fatores históricos, demonstram uma construção de uma desconfiança estratégica que percorre os meios militares, políticos e econômicos entre ambos os países, e que atingiu seu nível mais elevado a partir do primeiro mandato de Trump, entre 2017 e 2021 (Lieberthal; Wang, 2012; Wang, 2021; Cohen, 2010).

Na interpretação de Wang (2024) e Ren (2018), o conflito comercial entre EUA e China não foi algo acidental, mas representa o resultado da desconfiança mútua das duas nações. Como proposto pelo autor, existem quatro fatores que aumentam as tensões:

- 1) a mudança no equilíbrio de poder, especialmente com a ascensão da China à liderança e predominância internacional, este aspecto também se enquadra na teoria de Tucídides que afirma que o momento mais proeminente para uma escalada em tensões internacionais é quando um "novo" líder global está em ascensão, ameaçando derrubar os antigos;
- 2) as diferenças fundamentalmente ideológicas entre os dois países. Na perspectiva dos EUA, é imperativo que nenhum outro ator ascenda à liderança global, especialmente se tal ator foi construído sob outra cultura considerada como "*outsider*" para Washington;
- 3) o crescimento da importância do terceiro mundo, representando uma ameaça ao domínio dos EUA, especialmente quando a China está na vanguarda da construção de cooperação com países em desenvolvimento; e
- 4) a política interna nos EUA e a visão anti-China entre democratas e republicanos, bem como entre o povo.

De acordo com Ren (2018), o movimento em direção à guerra comercial com a China também serviu a dois propósitos: a) conter o crescimento da China e b) oferecer uma explicação simples aos cidadãos americanos, posicionando o país como o principal inimigo da economia americana e causador da crise econômica estadunidense. Os verdadeiros motivos por trás da crise social e econômica que os EUA enfrentaram durante o início do governo Trump foram:

1) o aumento da desigualdade e do declínio industrial, 2) o elevado déficit comercial em geral, especialmente com a China; e 3) a filosofia do *America first*³¹.

Na visão de Ren (2018), os objetivos americanos de curto prazo era de desequilibrar economicamente e abrir o mercado da China. Já para o futuro, a meta era conter o crescimento da China ao patamar de líder global. Trump visava abalar os setores de alta tecnologia da China, especialmente aqueles ligados ao projeto “*Made in China 2025*” que destacou o objetivo chinês de produzir produtos baratos e de qualidade para exportar em larga escala (Von Daniels, 2024; Wang, 2021).

Todas essas razões criaram uma situação para uma escalada nas tensões comerciais entre os EUA e a China. Trump iniciou sua administração com uma sequência crescente de tarifas comerciais com a China. O foco era corrigir o desequilíbrio comercial, incentivar a manufatura interna e impedir o roubo de propriedade intelectual (PI). Entre 2018 e 2019, houve um aumento de tarifas de 2,7% para 15,4% (média) para produtos chineses em geral. Nos produtos atingidos diretamente, como alumínio, aço, máquinas de lavar e painéis solares, o aumento foi de 3,1% para 20% (média). Todas as medidas de Trump ocorreram por meio de três seções da Lei de Comércio dos EUA de 1974³² (Von Daniels, 2024; Wang, 2021; Bown; Kolb, 2025; Bitar, 2020).

Essas tensões crescentes podem ser visualizadas nos discursos das lideranças chinesas em mecanismos e organizações multilaterais. Em sua fala em Davos, Xi Jinping (2017), por exemplo, enalteceu as outras culturas do mundo enquanto defendia a integração na economia global e cooperação no enfrentamento de desafios. A multipolaridade foi um assunto retomado em diversos discursos realizados pela China, desde 2017, até 2021. Portanto, temas como cooperação mútua, estabilidade global, defesa da soberania e de um sistema internacional aberto

³¹ O aumento da desigualdade e o declínio industrial foi uma consequência direta das medidas que os EUA adotaram para consertar a economia após 2008. As políticas de flexibilização quantitativa (QE) e as taxas de juros zero facilitaram os empréstimos a custo baixo, sendo estes investidos em ativos, aumentando seu preço. Como consequência, houve um benefício da população mais rica – que já possuíam muitos desses ativos –, ampliando a disparidade de renda nos EUA. Em relação ao déficit comercial dos EUA, o país possuía um déficit com a China de 46% do total. Isso significa que o país importava uma quantidade muito maior de produtos do que exportava, gerando uma conta negativa (déficit), e o protagonista desse déficit era a nação chinesa. Então, do total desse déficit que os EUA possuíam com o mundo inteiro, quase metade (46%) vinha da China. Finalmente, a filosofia *America first* juntou o populismo com o protecionismo. Trump buscava apoio dos industriais do *rust belt* (polo industrial fragilizado do meio-oeste estadunidense) enquanto, por meio de seu discurso, colocava a China como a principal causa da crise americana. Além disso, o governo Trump criticava o mercantilismo (economia que serve os interesses do Estado) chinês, argumentando sobre a necessidade de uma completa liberalização (Ren, 2018).

³² Seção 201: medida para impor tarifas de salvaguarda para produtos importados; seção 232: utilizada para impor sanções por motivos de defesa nacional; e seção 301: usada contra práticas desleais, como roubo de propriedade intelectual (Von Daniels, 2024; Wang; Lu, 2024).

foram lembrados durante a guerra comercial (Xi, 2017; 2018; 2019; 2020; 2021; Wang; 2018; 2019).

Ainda em Davos, Xi (2017) enfatizou que a globalização é algo positivo, e que seus problemas estão atrelados à busca incessante pelo lucro. Para ele, países do Sul Global precisam se adaptar e aprender a se desenvolver em um sistema globalizado. O presidente apresentou a China como um exemplo de um país que conseguiu se desenvolver em meio à globalização. Já no Fórum Boao para a Ásia, em 2018, seu discurso se pautou no legado de abertura econômica, destacando que o país se manterá economicamente aberto aos demais, principalmente à revelia das tendências protecionistas globais (Xi, 2018a). Uma fala crucial de Xi Jinping (2017), em Davos, onde ele critica o jogo de soma zero e o bullying econômico pode ser lido a seguir.

Whether you like it or not, the global economy is the big ocean that you cannot escape from. Any attempt to cut off the flow of capital, technologies, products, industries and people between economies, and channel the waters in the ocean back into isolated lakes and creeks is simply not possible. Indeed, it runs counter to the historical trend [...] We should commit ourselves to growing an open global economy to share opportunities and interests through opening-up and achieve win-win outcomes. One should not just retreat to the harbor when encountering a storm, for this will never get us to the other shore of the ocean. We must redouble efforts to develop global connectivity to enable all countries to achieve inter-connected growth and share prosperity. We must remain committed to developing global free trade and investment, promote trade and investment liberalization and facilitation through opening-up and say no to protectionism. Pursuing protectionism is like locking oneself in a dark room. While wind and rain may be kept outside, that dark room will also block light and air. No one will emerge as a winner in a trade war (Xi, 2017).

Em contraste com as falas de Xi Jinping, as relações comerciais entre EUA e China, que já não estavam em seus melhores momentos, se intensificaram com o aquecimento das tarifas por Trump por meio da Seção 201 e 232³³. Como retaliação, a China realizou uma investigação antidumping³⁴ sobre o sorgo (um grão usado para ração e bebidas) estadunidense. Os EUA taxaram \$34 bilhões em produtos chineses por meio da Seção 301. A China revidou a Seção 301 e taxou \$34 bilhões em produtos dos EUA (principalmente a soja estadunidense) (Ren, 2018; Von Daniels, 2024; Wang; Lu, 2024).

³³ Foi neste cenário em que Trump realizou uma sequência de tarifas de salvaguarda (Seção 201) de 30% e 20% sobre importações de painéis solares e máquinas de lavar chineses. Nesse contexto, tarifas de 25% sobre aço e 10% sobre o alumínio também surgiram sobre pretexto de segurança nacional (Seção 232) (Ren, 2018; Von Daniels, 2024; Wang; Lu, 2024).

³⁴ Dumping significa a venda de produtos para o mercado externo a preço menor do que o padrão, isso pode prejudicar a economia local do país que recebe o produto. Antidumping, por outro lado, é um instrumento de protecionismo para proteger as empresas de um país da concorrência estrangeira, impedindo que determinada nação venda um produto a um valor menor do que o mercado interno (OMC, s.d).

Diante da escalada conflituosa entre as duas nações, os discursos chineses tomaram um rumo mais assertivo, com críticas ao protecionismo e foco no multilateralismo. No Fórum de Cooperação China-África (FOCAC)³⁵, em 2018, Xi Jinping propôs uma abordagem de “Cinco Nãos” para gerenciar suas relações com os países do Sul Global, sobretudo com a África. Essa visão se difere da tradição estadunidense no sentido da não intervenção nos assuntos domésticos, não interferência no desenvolvimento, sem imposição de vontade, sem condicionalidades políticas e sem busca por ganhos políticos egoístas (Hendler, 2018). A ênfase da cooperação Sul-Sul é retomada (Xi, 2018b).

Já o discurso do Ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, na Assembleia Geral da ONU, em 2018, foi proferido em um momento de tensões econômicas crescentes entre Washington e Beijing. Wang (2018) enfatizou a necessidade da cooperação no âmbito das instituições multilaterais, sobretudo na ONU, elaborando princípios para sustentar o multilateralismo: cooperação *win-win*; respeito à ordem e as regras propostas na Carta da ONU; equidade e justiça entre todos os países; e foco em projetos para tornar essas propostas uma realidade. Além disso, reforçou que a China “não será chantageada nem cederá à pressão” tendo em vista os crescentes movimentos protecionistas e unilaterais, e manterá seu comércio aberto, regido pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Nas palavras de Wang Yi (2018):

International trade is complementary and win-win by nature. It should not be a zero-sum game in which one gains at the expense of others, and no one should be allowed to place its own interest above the interest of others. Protectionism will only hurt oneself, and unilateral moves will bring damage to all. [...] China has taken steps not just to defend its own legitimate rights and interests. China is also acting to uphold the free trade system and international rules and order for the benefit of global recovery and the common interests of all countries (Wang, 2018).

Essa defesa pela cooperação multilateral é visível no refinamento que a iniciativa BRI, no ano seguinte. As medidas protecionistas estadunidenses não cessaram no ano seguinte. Em 2019, os EUA aumentaram as tarifas de 10% para 25% sobre 200 bilhões de produtos chineses. Além disso, impôs tarifas sobre \$300 bilhões de produtos estadunidenses. A China revidou em \$75 bilhões. O final do ano foi marcado por um possível acordo comercial. Durante este ano de alta pressão, a China criticou abertamente as ações unilaterais propostas pelos EUA. Em 2019, Xi Jinping realizou o Segundo Fórum da BRF, reforçando princípios fundamentais,

³⁵ O Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) é um mecanismo de cooperação Sul-Sul entre a China e países africanos, com reuniões a cada três anos, estabelecendo um plano de ação executado de forma bilateral, mas com supervisão de um comitê de acompanhamento (BRICS Policy Center, 2016)

como o de “consulta ampla, contribuição conjunta e benefícios compartilhados”, além de adicionar novos elementos como o de que a BRI é uma iniciativa aberta e não um clube exclusivo, o compromisso como o financiamento verde e projetos de combate à corrupção. Além disso, propôs uma série de medidas de abertura da China como expansão do acesso a mercados, o fortalecimento da proteção à propriedade intelectual e importação de bens e serviços (Xi, 2019a).

Ainda no mesmo ano, Wang (2019), na Assembleia Geral das Nações Unidas, propôs um reforço do multilateralismo e do livre mercado, argumentando que foi motivo para a China crescer e retirar mais de 850 milhões de pessoas da pobreza desde a década de 1970. Wang Yi elaborou críticas às políticas dos EUA, condenando o protecionismo e unilateralismo, e de que sanções econômicas representam práticas de “*bullying*”. Durante a Cúpula do BRICS, em 2019, Xi Jinping discutiu sobre três pontos centrais para a cooperação: 1) um apelo à paz e à justiça por meio do multilateralismo, se opondo à hegemonia de poder; 2) oposição ao protecionismo por intermédio da abertura econômica centrada na OMC e aprofundar a parceria do BRICS em uma nova revolução industrial³⁶; e 3) aprofundar intercâmbios culturais (Xi, 2019b). Essa visão é, sobretudo, vista nas falas de Wang (2019), a seguir.

Erecting walls will not resolve global challenges, and blaming others for one's own problems does not work. The lessons of the Global Financial Crisis should not be forgotten. Tariffs and provocation of trade disputes, which upset global industrial and supply chains, serve to undermine the multilateral trading regime and global economic and trade order. They may even plunge the world into recession. Regarding economic and trade differences, China is committed to resolve them in a calm, rational and cooperative manner, and is willing to demonstrate utmost patience [...] China will not be cowered by threats, or subdued by pressure (Wang, 2019).

Por outro lado, o ano de 2020 foi marcado por uma suavização do confronto comercial entre as duas nações. Houve uma materialização do Acordo de Fase Um, que propôs uma redução das tarifas para 7,5% sobre \$300 bilhões por parte dos EUA, enquanto a China se comprometeu a comprar \$200 bilhões a mais em produtos estadunidenses (Von Daniels, 2024; Bown; Kolb, 2025).

Com a trégua temporária no embate tarifário, e com o início da pandemia da COVID-19, o enfoque chinês foi alterado. Novamente na Assembleia Geral da ONU, dessa vez em

³⁶ Xi (2017; 2018) aprofunda que o desenvolvimento tecnológico e industrial está pavimentando o caminho para uma nova revolução industrial. Essa é uma visão fundamentada, também, pela iniciativa “*Made in China 2025*”, que busca ampliar o escopo de influência da China por meio da exportação de produtos baratos, buscando liderança, sobretudo, no mercado tecnológico.

2020, o presidente da China ressaltou a necessidade de solidariedade global em meio à crise, ressaltando o papel da Organização Mundial da Saúde e da importância das vacinas. Xi também criticou a politização da pandemia enquanto relembrava a necessidade de pensar na sociedade como uma aldeia global interconectada, retomando a visão de CFCH (Xi, 2020), discutido com mais detalhes nos próximos tópicos. Para visualização de um dos principais trechos do discurso:

First, COVID-19 reminds us that we are living in an interconnected global village with a common stake. All countries are closely connected and we share a common future. No country can gain from others' difficulties or maintain stability by taking advantage of others' troubles. To pursue a beggar-thy-neighbor policy or just watch from a safe distance when others are in danger will eventually land one in the same trouble faced by others. This is why we should embrace the vision of a community with a shared future in which everyone is bound together. We should reject attempts to build blocs to keep others out and oppose a zero-sum approach. We should see each other as members of the same big family, pursue win-win cooperation, and rise above ideological disputes and do not fall into the trap of "clash of civilizations" (Xi, 2020).

Para encerrar a identificação dos discursos neste momento, é necessário notar que o principal ponto de congruência entre grande parte das falas, tanto do Ministro das Relações Exteriores da China, Wang (2018), quanto de Xi Jinping (2017), diz respeito à crença de que o comércio internacional não é um “um jogo de soma zero”, e de que a cooperação genuína é possível, criticando a guerra comercial imposta pelos EUA. Em sua visão, políticas protecionistas prejudicam apenas o país que as propõe e que ninguém ganhará em uma guerra comercial.

3.2 A REAÇÃO CHINESA À CONTINUIDADE DAS POLÍTICAS COMERCIAIS DE BIDEN (2021-2024)

Para observar as estratégias chinesas na continuidade do confronto comercial com os EUA, sobretudo analisar o papel do confucionismo nesse cenário, cabe, novamente, analisar os discursos realizados por autoridades chinesas entre 2021 e 2024. O foco, neste momento, é interpretar os discursos chineses na Assembleia Geral da ONU em relação às relações fragmentadas entre os EUA.

Após visualizar o governo Trump e as respostas da China, é necessário, ademais, compreender como as medidas estabelecidas pelo republicano foram mantidas para o governo seguinte. Apesar das divergências ideológicas entre republicanos e democratas, Joe Biden

prosseguiu, em grande medida, com as ações comerciais contra a China impostas por Trump na administração anterior. As tensões entre EUA e China foram mantidas, principalmente com a manutenção das tarifas sobre dois terços das importações originadas da China. As tarifas da Seção 301, utilizada contra supostas práticas comerciais desleais da nação asiática e roubo de propriedade intelectual, foram mantidas. A manutenção dessas tarifas tinha como princípio manter a pressão sobre a China. Outro ponto de tensão se deu com a falta de comprometimento da China sobre seus compromissos de comprar 200 bilhões de dólares em mercadorias estadunidenses estipulado no Acordo de Fase Um (sob Trump), comprando apenas 57% do total acordado, em 2021 (Von Daniels, 2024; Bown; Kolb, 2025).

Enquanto isso, na 76ª Assembleia Geral da ONU, Xi Jinping apresentou uma china solidária em relação à pandemia, que incentiva a pesquisa científica e a vida humana. Cerca de 2 bilhões de vacinas foram doadas pela China para o mundo, sendo 100 milhões doadas para países em desenvolvimento. Nesse contexto, surgiu a Iniciativa de Desenvolvimento Global (GDI), com o propósito de implementar a Agenda 2030³⁷ da ONU. A iniciativa tem seis pilares: 1) desenvolvimento como prioridade; 2) foco nos indivíduos e em suas necessidades; 3) benefícios mútuos; 4) desenvolvimento pela inovação; 5) harmonia entre homem e natureza por meio da inovação verde; e 5) combate à pobreza e insegurança alimentar. O presidente criticou novamente o unilateralismo e o jogo de soma zero. Para ele, é condenável a formação de pequenos círculos e afirmou que a China continuará seguindo os princípios do multilateralismo (Xi, 2021). A seguir, parte do discurso em que se defende os princípios do GDI:

Staying committed to a people-centered approach. We should safeguard and improve people's livelihood and human rights through development, and make sure that development is for the people and by the people, and that its fruits are shared among the people. We should continue our work so that the people will have a greater sense of happiness and achieve well-rounded development. [...] Staying committed to harmony between man and nature. We need to improve global environmental governance, actively respond to climate change and create a community of life for man and nature. We need to accelerate transition to green and low-carbon development and achieve green recovery and development (Xi, 2021).

A estratégia principal de Biden foi voltada no “*small yard, high fence*” (pequeno pátio, cerca alta) para gerenciar o confronto. Essa visão se baseia em focar em áreas específicas da guerra comercial, e não propor tarifas generalizadas, como foi feito durante a administração

³⁷ A Agenda 2030 da ONU é um conjunto de metas amplas para a comunidade internacional, possuindo dezessete objetivos sustentáveis (Wang, 2021).

Trump. O planejamento do governo Biden foi conter a China em áreas críticas como semicondutores e IA, transição energética, biossegurança e biotecnologia. A política democrata utilizou, também, instrumentos como controle de exportação e restrições de investimentos na China, indo além, inclusive, das medidas de Trump (Von Daniels, 2024; Bown; Kolb, 2025; Wú, 2021; Wang, J., 2024).

Para fortalecer os EUA em relação ao mercado chinês, Biden lançou uma nova política industrial, com investimentos e financiamentos pesados no desenvolvimento de semicondutores (no total de 500 bilhões de dólares) e energia limpa (no total de 369 bilhões de dólares). O foco dessas medidas foi diversificar a cadeia de suprimentos. A política de Biden também adotou uma abordagem de segurança que reforçou o trabalho com aliados na contenção da China. Essa cooperação ocorreu no âmbito do Conselho de Comércio e Tecnologia (TTC) com a UE e o *Indo-Pacific Economic Framework* (IPEF) ³⁸ (Wú, 2021; Von Daniels, 2024).

Em reação à política de desacoplamento, em 2022, na 77ª AGNU, o então Ministro das Relações Exteriores da China, Wang (2022), afirmou que a China rejeita o que considera como práticas protecionistas e egoístas enquanto defendeu uma maior abertura para cooperação. Na visão do ministro, o protecionismo isola os EUA e representa um prejuízo para si e para todos. O ministro afirmou a existência de seis princípios para a ordem global defendidos pela China: 1) a promoção da paz, condenando *proxy wars*³⁹ e incentivando a resolução pacífica de controvérsias; 2) o desenvolvimento no combate à pobreza; 3) a oposição ao protecionismo e o desacoplamento econômico (*decoupling*⁴⁰), defendendo o comércio aberto; 4) a cooperação à revelia do confronto; 5) a unidade, criticando divisões e a politização; e 6) justiça como elemento central, em detrimento do *bullying* político-econômico. Por fim, o ministro anunciou a Iniciativa de Segurança Global (GSI) ⁴¹ como um novo passo para o estabelecimento de uma CFCH. A seguir, um segmento do discurso:

Third, be open, not closed. [...] Engaging in protectionism only isolates oneself, and cutting chains will harm oneself and others. [...] We should

³⁸ O *Indo-Pacific Economic Framework* (IPEF) representa uma tentativa de contrapor a influência chinesa no Indo-Pacífico, reunindo 13 nações da região. A iniciativa não é um acordo de livre comércio tradicional, mas sim uma plataforma de diálogo voltado para a cooperação em áreas particulares da economia política (Von Daniels, 2024).

³⁹ *Proxy wars* são confrontos associados à manipulação de atores locais por superpotências (Best; Hanhimäki; Maiolo; Schulze, 2015).

⁴⁰ *Decoupling* significou um momento de separação e construção de barreiras entre nações, evidente, sobretudo, durante a pandemia da COVID-19. Foi um conceito evidente nas relações entre EUA e China durante a pandemia (Wang et al. 2024).

⁴¹ A Iniciativa de Segurança Global (GSI) é uma proposta fundamental da CFCH, juntamente com a Iniciativa de Desenvolvimento Global (GDI) e Iniciativa de Civilização Global (GCI). O propósito da GSI é construir uma governança de segurança global, incentivando uma comunidade de segurança humana para todos os países do mundo (China, 2023; Zhao, 2025)

advocate openness and inclusiveness, dismantle the fences and barriers that hinder the free flow of production factors, uphold the multilateral trading system centered on the World Trade Organization, and promote the building of an open world economy. [...] Sixth, be fair, not bully. [...] There is no country in this world that is superior to others, nor should one frequently resort to power status to bully other sovereign nations (Wang, 2022).

Em resposta direta à essa pressão crescente, em 2023, Beijing propôs medidas contra os EUA, sobretudo sobre exportação de germânio, gálio e matérias-primas cruciais para chips semicondutores. Ademais, o país também procurou aprofundar sua cooperação por meio de mecanismos como a BRI e reforço de laços regionais na ASEAN (Bo, 2024; Li, Zhang e Peng, 2024).

Em seu discurso em 2023, além de reforçar os três fundamentos da CFCH (GDI, GSI e GCI⁴²), o vice-presidente chinês Han Zheng propôs quatro elementos centrais para a comunidade: 1) equidade e justiça, se opondo a hegemonia e ao unilateralismo; 2) benefício mútuo para o desenvolvimento de toda a sociedade, que poderia ocorrer, sobretudo, por meio de projetos de cooperação e de desenvolvimento verde; 3) abertura e inclusão, com cada país seguindo o caminho mais adequado para seu desenvolvimento, sem a interferências de visões externas; e 4) multilateralismo, com o apoio à ONU e à reforma do multilateralismo, que cederia uma voz maior para o Sul Global, ampliando o mudo multipolar. O vice-presidente também pontuou as autodefinições que guiam a política chinesa: modernização com harmonia com a natureza e desenvolvimento pacífico; política externa independente, afirmando que a China nunca buscará hegemonia ou expansão; soberania com a ideia de “uma só China”; e reforçando a ideia de que a China foi e continua sendo um membro do Sul Global (Han, 2023). A demonstração dessa lógica, nas palavras do vice-presidente, podem ser lidar a seguir:

We should respect the sovereignty and territorial integrity of all countries and observe the purposes and principles of the U.N. Charter. China opposes hegemonism, power politics, unilateralism and Cold War mentality. A small number of countries have arbitrarily imposed illegal and unilateral sanctions, severely undermining the harmony and stability of international relations. The international community should jointly resist such acts (Han, 2023).

De acordo com Bown e Kolb (2025) e Von Daniels (2024), após uma profunda revisão de todas as medidas tarifárias, em 2024, em especial a Seção 301, Biden definiu que essas medidas seriam mantidas e ampliadas. Essa ampliação se deu, principalmente, sobre Seção 201,

⁴² O GDI possui como objetivo acelerar a implementação da Agenda 2030 da ONU, possuindo uma abordagem de compromisso com o desenvolvimento global por meio de parcerias igualitárias e inclusivas. Já o GCI busca o progresso da humanidade por meio do respeito mútuo das diversas civilizações (Xi, 2021; Han, 2023; China, 2023).

que previa tariffações sobre painéis solares da China, para 2026. A incoerência foi que, mesmo defendendo a transição climática, Biden impôs medidas contra importação de placas solares, além de um requisito de licenciamento para a exportação de semicondutores para a China e países exportadores de chips para reduzir o comércio com a nação asiática. Em 2024, houve uma proposta de aumentos tarifários, como taxas sobre veículos elétricos (VEs) originados da China⁴³ (Von Daniels, 2024; Wang; Lu, 2024; Lei, 2024; Wú, 2021).

Novamente na 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas, Wang Yi reforçou diversos ideais anteriores, como a de segurança duradoura, globalização benéfica para todos, harmonia civilizacional – com respeito à diversidade, intercâmbio cultural enquanto condenou o confronto ideológico –, e governança justa com as nações do Sul Global na promoção de um mundo verdadeiramente multipolar. Não obstante, Wang Yi apresentou algumas medidas realizadas pela China para atingir esses ideais, como o estabelecimento de tarifas zero para países menos desenvolvidos, oposição ao bloqueio tecnológico e desacoplamento de cadeias de produção, promoção do desenvolvimento verde e a governança de inteligência artificial centrada na ONU (Wang, 2024). Segue, a seguir, nas palavras do discursante:

In today's world, countries should all enjoy sovereign equality. As a large number of Global South nations are growing with a strong momentum, gone are the days when one or two major powers call the shots on everything. We should advocate an equal and orderly multipolar world, and see that all countries, regardless of their size, have their own place and role in the multipolar system. We should practice true multilateralism, oppose hegemonism and power politics, and make international relations more democratic. We should follow the principle of extensive consultation and joint contribution for shared benefit, and make global governance more just and equitable (Wang, 2024).

Beijing visualizou as ações de Biden como uma continuidade das políticas de Trump. Para os chineses, os EUA temem sua ascensão e buscam, utilizando mecanismos econômicos, interrompê-la. A China acusa os Estados Unidos de *bullying* comercial, criticando a política de “*America First*”, que posicionava Washington como protagonistas nas relações internacionais (Lei, 2024; Bo, 2024).

Os líderes chineses observaram a guerra comercial como de contenção e de supressão liderada pelos EUA, e que seria necessário medidas de retaliação e preparação. Beijing ressalta a necessidade de resolução pacífica de controvérsias e busca por relações de benefício mútuo e

⁴³ O aumento foi de 25% para 100%, de tarifas sobre baterias de VEs de 7,5% para 25%, e embargos sobre painéis solares e semicondutores (25% para 50%) (Von Daniels, 2024; Wang; Lu, 2024; Lei, 2024; Wú, 2021).

diálogo em detrimento do protecionismo. A resposta foi, portanto, aceleração do projeto chinês de inovação e autossuficiência por meio do sistema de “controle autônomo”⁴⁴, que reforça investimentos e pesquisa em desenvolvimento⁴⁵ (Wú, 2021; Xinhua, 2025; Lei, 2024).

Com o propósito de sintetizar as informações apresentadas, os discursos proferidos pelas principais autoridades chinesas ao longo da guerra comercial com os EUA, entre 2018 e 2024, demonstram pontos em comum, como a defesa do multilateralismo centralizado na figura das Nações Unidas; críticas ao expansionismo, ao unilateralismo e à intervenção em assuntos externos de outros países, seja por meios políticos ou econômicos; o posicionamento da China como líder do Sul Global; e uma sequência de iniciativas voltadas à governança global e à integração internacional, como a CFCH – e, consequentemente, a GSI, GDI e GCI – além da BRI. Como será analisado a seguir, sob pressão, a diplomacia chinesa retoma princípios milenares do confucionismo. A China é, sobretudo, um país que enfatiza a moralidade e se apresenta como potência responsável na busca por cooperação internacional (Zhao, 2025; Xi, 2021; Wang, 2018; 2019; China, 2023).

3.3 O CONFUCIONISMO E A RESPOSTA CHINESA À GUERRA COMERCIAL COM OS EUA

Após a observação dos discursos das autoridades chinesas, é possível identificar eixos centrais: 1) a rejeição ao protecionismo e ao jogo de soma zero; 2) o apoio ao multilateralismo e uma ordem internacional pautada em regras, sobretudo aquelas do sistema ONU, acreditando que o unilateralismo é a principal ameaça à ordem internacional; 3) o compromisso com o ganho mútuo, sendo, um dos pilares da iniciativa BRI; 4) apesar da retórica chinesa de resolução de controvérsias de maneira calma, racional e cooperativa, o país deixou claro que não cederia às pressões e nem seria chantageado; e 5) os países emergentes devem agir como grandes potências, tomando para si responsabilidades e promovendo mais bens públicos globais, deixando claro que a China não buscaria hegemonia ou invadir outro país (Xi, 2017; 2018; 2019; 2020; 2021; Wang; 2018; 2019). Os resultados estão sintetizados no quadro abaixo:

⁴⁴ Controle autônomo: zìzhǔ kěkòng.

⁴⁵ Construção de estruturas como o 5G e *smart grids*. O sucesso em produtos como o Huawei Mate 60 PRO demonstrou que a China está conseguindo desviar das medidas dos EUA e continuar a crescer (Wú, 2021; Xinhua, 2025; Lei, 2024).

Quadro 6 – Síntese dos discursos chineses e menções ao confucionismo (2017 - 2024)

Ano	Quem discursou?	Principais temas	Menção direta ao confucionismo ou a alguma visão chinesa de ordem internacional?	Menções ou considerações indiretas que se relacionam com o confucionismo?
2017	Xi Jinping	Globalização, cooperação e multipolaridade.	Não há menção neste momento.	Respeito às culturas do mundo e defesa da cooperação de soma positiva.
2018	Xi Jinping e Wang Yi	Abertura econômica, cooperação Sul-Sul; multilateralismo, cooperação <i>win-win</i> e igualdade.	Xi: pesar de não citar o confucionismo, a visão chinesa dos “Cinco Nãos” foi falada como ferramenta para a cooperação. Wang: defesa da Carta da ONU.	Xi: não intervenção e não imposição da vontade. Wang: jogo de soma positivo, justiça e críticas à opressão.
2019	Xi Jinping e Wang Yi	Xi e Wang: apoio ao intercâmbio cultural, à BRI e aos objetivos compartilhados.	Como visão chinesa de ordem internacional, estão os princípios da BRI	Benefícios compartilhados, intercâmbios culturais (harmonia na diversidade), críticas à hegemonia e ao <i>bullying</i> político.
2020	Xi Jinping	Solidariedade na pandemia, apoio à OMS, críticas à politização da pandemia, e observação do mundo como uma aldeia global.	Retomada à CFCH.	Aldeia global e solidariedade internacional.
2021	Xi Jinping	Condenação do protecionismo e unilateralismo.	Lançamento da GDI.	Foco nas pessoas, no benefício mútuo e na harmonia entre homem e natureza.
2022	Wang Yi	Manutenção das críticas ao protecionismo e estabelecimento de seis princípios para a paz.	Desenvolvimento da GSI, e menções à CFCH.	Divulgação da paz e resolução de controvérsias.
2023	Han Zheng	Quatro elementos para a CFCH e reforma da ONU.	Reforço do GDI, GSI e GCI.	Equidade, críticas à hegemonia, jogo de soma positivo e caminhos diferenciados de desenvolvimento.
2024	Xi Jinping	Segurança, globalização e governança justa.	Menção à “harmonia civilizacional”, conceito ligado à GCI e ao <i>Tianxia</i> .	Apoio às diferentes culturas, ao intercâmbio cultural e críticas ao confronto.

Fonte: elaborado pelos autores.

De modo a compreender os motivos que levaram a China a interpretar a guerra comercial com os EUA de forma crítica, é necessário visualizar nos discursos das autoridades chinesas fragmentos de noções confucianas, tendo em vista que confrontos comerciais vão em contramão com princípios fundamentais desta tradição filosófica. Na visão de Zhao (2025), a China reinterpreta elementos do confucionismo, principalmente o de harmonia, para estruturar as bases de sua visão de governança global. O discurso de Xi Jinping durante esse período foca, em grande medida, na CFCH, acima indicada. Esse discurso se apresenta como uma defesa da governança global enraizado na subjetividade civilizacional da China que, sobretudo, é considerada uma extensão da tradição filosófica do confucionismo. Para Bunskoek e Shih (2021), a CFCH possui sua estrutura no *Tianxia*.

Na visão de Zhao (2025), a retomada de conceitos confucianos como o de harmonia (*he*), e princípios milenares, como o de “harmonia na diversidade” é visível nos discursos proferidos pelos líderes de governo da China. Essa ideia compreende a necessidade de buscar consenso na diversidade e respeitar as diferenças culturais. De acordo com os discursos de Xi Jinping e Wang Yi, esse conceito de construir um mundo harmonioso ainda é forte na China contemporânea, especialmente no que tange suas relações internacionais. O país prioriza a harmonia na coexistência em relação a conflitos internacionais, ressaltando a necessidade de resolução pacífica de controvérsias e cooperação em jogo de soma positivo. O foco é a moralidade na resolução de conflitos, criticando a conquista militar. Esse posicionamento é particularmente visível nos discursos de Xi Jinping em 2018 e 2021, quando o presidente afirmou que a China não buscará o patamar de hegemonia e nem dominar outros. Esse linguajar de integração internacional pacífica fundamentado na harmonia é crucial para a noção do *Tianxia* e do confucionismo como um todo (Xi, 2018 - 2024).

Cabe ressaltar que o discurso chinês evoca a moralidade e virtude em detrimento da força bruta e coerção. O atual modelo da sociedade chinesa foca, em grande medida, no respeito à autoridade governamental, no caso o Partido Comunista Chinês, considerado exemplo de moralidade. Governar com moral é uma máxima confuciana e a China não apenas possui essa visão em sua cultura, ela busca abrangê-la para a área internacional. O objetivo é, sobretudo, aplicar os princípios da moralidade nas relações internacionais (Zhao, 2025; Bunskoek; Shih, 2021). Outros conceitos importantes são o de benevolência (*Ren*), que representa a estrutura para a CFCH, e a lógica ética, que incentiva “cultivar a si mesmo, administrar a família, governar o país e pacificar o mundo”. Esses conceitos expandem a visão confuciana de administração do país, para a prática moral na governança global (Zhao, 2025; Bunskoek; Shih, 2021).

Também utilizada para compreender o discurso chinês, dois conceitos são fundamentais, o da música (*yue*), que advoga pela harmonia nas diferenças, e do caminho (*dao*) (Yao, 2000; Zhao, 2021). Tendo em vista que o *yue* parte da lógica da incorporação das diferenças no todo, nas falas das autoridades chinesas, um ponto constante é o respeito às demais civilizações e culturas do mundo, compreendendo que uma sociedade verdadeiramente global é aquela que incorpora de forma harmônica as tradições e visões de mundo de todos os povos, sem o domínio de um sobre o outro. O caminho (*dao*) representa a busca pela boa vida e pacificidade, pontos frequentes nos discursos das lideranças chinesas, principalmente quando criticam o jogo de soma zero, os conflitos e o unilateralismo. Quando a China posiciona os EUA como desestabilizadores dessa harmonia, o país utiliza sua tradição para legitimar ações retaliatórias sob a justificativa de preservação da ordem harmônica (Xi, 2021; Wang, 2022; Han, 2023).

Aprofundando nos fundamentos do *dao* (caminho), o confucionismo entende a existência de um mundo perfeito regido pelo cosmos (caminho do céu) e que as ações humanas na terra (caminho dos humanos) devem buscar refletir essa realidade ideal (caminho da harmonia) (Yao, 2000). O caminho do céu pode representar a busca por um mundo pacífico, enquanto o caminho dos humanos e, conseqüentemente, da harmonia surge da materialização dessa realidade por meio do multilateralismo na figura da ONU, da cooperação em iniciativa como a BRI, e em ideais como o da CFCH (Xi, 2017; 2018; 2019; Wang, 2019; 2022; China; 2023).

Retomando Yao (2000), Zhao (2021) e Wang (2022), a harmonia (*he*) confuciana é pautada na moralidade e hierarquia, sendo visível no discurso de Xi Jinping, que enfatizou o desenvolvimento, o foco nas pessoas, o benefício mútuo, o combate a pobreza, a harmonia entre o homem e a natureza, e a inovação. Levando em conta os discursos, a China demonstra o exemplo moral do confucionismo em medidas de solidariedade como durante a pandemia – com seu papel na distribuição de vacinas –, investimento em nações em desenvolvimento, principalmente por meio da alocação de recursos à energia verde. Quando Xi discute sobre harmonia, ele não busca apenas ser diplomático, ele utiliza a estratégia confuciana para deslegitimar as atitudes dos EUA, contrastando a virtude chinesa com a “barbárie” estadunidense (Xi, 2021; Wang, 2022; Xi, 2018).

Para o confucionismo, a harmonia (*he*) surge nos indivíduos (como o viés ideológico e filosófico de Xi Jinping), transborda para a sociedade (com a política interna da China

governada por Xi, reforçando o socialismo com características chinesas⁴⁶). O resultado dessas medidas é a busca por harmonia no mundo (visível com o apoio chinês à ONU, à CFCH e à BRI) (Xi, 2014; Xi, 2018; Han, 2023; China, 2023).

Dentre mecanismos que se relacionam com o confucionismo, está o de CFCH, que enfatiza a cooperação com o modelo multipolar, contrastando com o unilateralismo e protecionismo proposto por Washington nesse contexto. Novamente citando Fravel (2025) e Almeida (2024), o conceito propõe uma comunidade igualitária em soberania, democrática em relações internacionais, orientada pela segurança comum, pela resolução pacífica de controvérsias e pela centralidade das instituições internacionais, tal como a ONU. Ademais, a CFCH é pautada em três iniciativas: segurança global, desenvolvimento global e civilização global⁴⁷. O foco é, sobretudo, na cooperação e no desenvolvimento pacífico da humanidade.

Na visão de Almeida (2024), a proposta de Xi Jinping sobre a CFCH parte da premissa de fortalecimento do diálogo cultural entre as diferentes nações em busca da harmonia e do respeito às diferenças. O conceito se fundamenta nos princípios do *Tianxia*, que visualiza um mundo fundamentado na “harmonia na diversidade”, respeitando as tradições e culturas dos povos do mundo. O *Tianxia* é retomado pela China na “Iniciativa da Civilização Global” (GCI) – um dos pilares da CFCH – que advoga pela inclusividade e entendimento mútuo. Essa visão combina com uma fala proferida por Xi Jinping em 2013: “O Sonho Chinês beneficiará o povo chinês e aos povos do mundo” (Xi, 2019 apud Almeida).

Pela concepção de Zhao (2025), a CFCH proposta por Xi está intrinsecamente ligada ao confucionismo. Essa visão se baseia em três pilares fundamentais: 1) harmonia na diversidade, na busca por respeito mútuo entre as nações, compreendendo a multiplicidade de culturas e busca por cooperação; 2) o espírito de harmonia, na procura por uma identidade coletiva global, em detrimento do individualismo e uniformidade, defendendo a eliminação de barreiras entre o “eu” e o “outro” e o apoio à cooperação *win-win*; e 3) *Tianxia*, como já proposto anteriormente, o sistema é uma imaginação política que transcende nações, procurando um mundo cosmopolita onde todas as pessoas são vistas como “irmãos”. As diversas citações das autoridades chinesas entre 2017 e 2024 refletem essa visão, marcada pela busca pela cooperação, pelo jogo de soma positivo, pela condenação de conflitos e pela busca de um mundo íntegro e cosmopolita.

⁴⁶ O socialismo com características chinesas é um elemento crucial da atual política externa chinesa. Se trata da visão de que o atual governo da China busca mesclar fundamentos de tradições milenares como o confucionismo e o taoísmo com visões socialistas (Xi, 2014)

⁴⁷ GSI, GDI e GCI, respectivamente.

Ao propor a CFCH, Xi Jinping, ele não utiliza a iniciativa apenas como mecanismo de retórica, mas sim como uma recontextualização do *Tianxia* para o século XXI. Ao mesmo tempo que a política externa estadunidense enfatiza a competição e o confronto, a China defende um mundo cosmopolita confuciano, defendendo a eliminação das noções de externalidade (“eu” Vs. “outro”) enquanto se posiciona como potência estabilizadora que defende o desenvolvimento do Sul Global (Xi, 2021; Zhao, 2025).

O termo “futuro compartilhado” surge da crença de uma unidade/comunidade internacional. A China observa que os desafios que o mundo enfrentou durante crises, como a pandemia, e que enfrentarão no futuro representam problemas comuns e que devem ser resolvidos em conjunto. A materialização da CFCH é feita, sobretudo, por meio da iniciativa BRI e por meio da GDI, GSI e GCI. Em 2018, Xi Jinping afirmou que a BRI parte da procura por uma comunidade com um futuro compartilhado.

Com o estabelecimento dos quatro pilares para GSI e GCI, a China defendeu a cooperação na segurança comum e duradoura, com reformas nas instituições multilaterais para atender às demandas do Sul-Global, ao mesmo tempo que apoiou o direito de cada nação em buscar o caminho de desenvolvimento mais adequado, sem a intervenção forçada de potências estrangeiras. Os elementos do GDI, como proposto no discurso de Xi, de 2021, não são apenas iniciativas neutras, mas sim uma retomada aos conceitos confucianos como o *Tianxia* e *Ren* (Benevolência) na busca pelo desenvolvimento das nações do Sul Global sob liderança chinesa. O foco central é atingir uma civilização, de fato, global e cosmopolita (GCI). Todos esses fatores são cruciais para uma ordem internacional fundamentada no *Tianxia* e no cosmopolitismo, na equidade cultural e na eliminação de barreiras civilizacionais e de externalidade (Xi, 2021; Han, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou compreender de que forma o confucionismo continua a afetar a política externa da China contemporânea, visível no estudo de caso sobre a guerra comercial com os EUA nos governos de Trump e Biden (2017-2024). Para tanto, foi crucial retomar acontecimentos históricos da China que moldaram sua percepção de mundo para visualizar as raízes filosóficas da nação asiática. No primeiro momento, a compreensão do período imperial é crucial, principalmente entre 770 a.C. e 220 a.C, para apresentar os fundamentos do confucionismo. Já em um segundo momento, a análise dos séculos XIX e XX se torna central, principalmente com a proposta de compreender a inserção chinesa na sociedade internacional e como as relações entre o país e as potências ocidentais (em especial os EUA) de fato ocorreram. Ao contar com a lógica de Cox (1981) de que “toda teoria é para alguém e para algum propósito”, o trabalho demonstrou que a China possui uma forte tradição filosófica e que pode servir como base para uma teoria chinesa das RI. Dentre essas filosofias, está o confucionismo e visão do *Tianxia* (Fravel, 2025; Yao, 2000; Zhao, 2025).

Tendo em vista que cada teoria reflete uma visão de mundo específica, como proposto por Mead (2001) e Cervo (2008), teorias ocidentais, sobretudo aquelas do *mainstream*, são insuficientes para explicar o comportamento chinês. A China, ao buscar por uma ordem sinocêntrica e multipolar, não apenas defende o atual sistema de estados, mas também busca infundir sua percepção civilizacional própria na governança global (como a BRI, a CFCH e o BRICS). Para visualizar como essa postura foi desenvolvida, é necessário retomar a períodos históricos de modo a melhor compreender a civilização chinesa, partindo do período imperial (Fravel, 2025; Zhao, 2025).

Após isso, compreender como a China se integrou na sociedade internacional foi essencial. O Século de Humilhação se tornou, possivelmente, o momento mais traumático da história recente da China. Não apenas o país teve que se abrir comercialmente para potências ocidentais, sobretudo para a Grã-Bretanha e EUA, como também foi forçado a assinar uma sequência de acordos desiguais, que alteraram a sua tradição diplomática. O início da integração da nação nesta ordem internacional ocorreu nesse momento. Após um período de resistência a essa inserção internacional e com os poucos resultados dos movimentos anti-Occidente, a China, sob comando de Deng Xiaoping, se adaptou diante da ordem internacional e se integrou a ela. Neste momento, a nação passou a defender a sociedade internacional enquanto manteve parte de sua tradição confuciana. Todos esses fatores históricos são cruciais para entender como a

China aprendeu regras ocidentais, mas ainda assim possui uma visão de mundo própria que foi preservada (Gong, 1984; Cohen, 2010; Wang, 2021; Zhao, 2025).

As consequências desses acontecimentos do século XX são evidentes no estudo de caso. Enquanto os EUA sob Trump e Biden defenderam o protecionismo e unilateralismo, a China respondeu apoiando o multilateralismo, a cooperação e a resolução pacífica de controvérsias. Os mecanismos chineses como a BRI e a CFCH representam, em seu cerne, elementos confucianos de harmonia (*He*), Grande Harmonia (*Datong*) e *Tianxia*. A busca pela harmonia em detrimento do confronto, a benevolência (*Ren*) são visíveis na forma como as principais autoridades chinesas enxergam a guerra comercial com os EUA e a possibilidade de cooperação Sul-Sul (Zhao, 2025; Xi, 2020; 2024; Yao, 2000).

Todos esses fatores foram essenciais tanto para responder à pergunta de pesquisa central, quanto para confirmar a hipótese. Em suma, o confucionismo possui, ainda, uma forte influência na política externa da China contemporânea, sendo notável nos discursos dos principais tomadores de decisão do país. A nação mantém sua tradição filosófica enquanto está inserida em uma sociedade internacional formulada por ocidentais, utilizando-a, inclusive, como mecanismo de promoção de seus ideais.

Para finalizar, no geral, o Ocidente foi o principal exportador de visões de mundo, principalmente devido ao seu caráter hegemônico em capacidades materiais. No caso da China, a reflexão é diferente. Trata-se de uma das civilizações mais antigas, que carrega tradições culturais com raízes profundas, e que cresceu para fora de seu *status* subdesenvolvido. Beijing compreendeu que a melhor maneira de ascender no sistema internacional é por meio das medidas que beneficiem no longo prazo, mesmo que vão em contramão com suas tradições, no primeiro momento. Mesmo assim, a China conseguiu preservar uma ampla parcela de sua filosofia enquanto se adaptou à ordem estatal de Estados, crescendo e se desenvolvendo no processo. Finalmente, ao compreender o crescente papel da China no cenário global e de suas tradições filosóficas, é possível, mesmo que de forma singela, mapear tendências para o futuro da ordem global, compreendendo que há sim a possibilidade de uma nova ordem sinocêntrica fundamentada nos princípios do confucionismo.

REFERÊNCIAS⁴⁸

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. Conclusion: On the possibility of a non-Western international relations theory. In: ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry (org.). **Non-Western international relations theory: perspectives on and beyond Asia**. London; New York: Routledge, 2010. p. 220-238.

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. **Non-Western international relations theory: perspectives on and beyond Asia**. Abingdon: Routledge, 2010.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS XINHUA. Lançamento do Livro Branco "A Posição da China sobre Várias Questões nas Relações Econômicas e Comerciais Sino-EUA". **Embaixada da República Popular da China nas Comores**, 9 abr. 2025. Disponível em: http://km.china-embassy.gov.cn/zgyw/202504/120250409_11590878.htm.

ALMEIDA, Victoria Gomes Pereira de. Criação de uma Comunidade com um Futuro Compartilhado para a Humanidade e o Fortalecimento do Diálogo Cultural Sino-Brasileiro: Desafios e Oportunidades. **Pontos de Interrogação**, v. 14, n. 1, p. 239-255, jan.-jun./2024. DOI: 10.30620/pdi.v14n1.p239.

BBC BITESIZE. **What type of government does China have?** China's political system. [S. l.], [202?]. National 5 Modern Studies. Disponível em: <https://www.bbc.co.uk/bitesize/guides/z9yfrdm/revision/2>. Acesso em: 27 nov. 2024.

BEST, Antony; HANHIMÄKI, Jussi M.; MAIOLO, Joseph A.; SCHULZE, Kirsten E. **International History of the Twentieth Century and Beyond**. 3. ed. Abingdon: Routledge, 2015

BITAR, Nicholas. The Aftermath of the Tariff War on China. **Asian Social Science**, v. 16, n. 2, p. 22-30, 2020.

BO, Zhengyuan. COVID-19: Catalyzing U.S.-China Supply Chain Realignments. In: WANG, Zheng (Org.). **COVID-19 and U.S.-China Relations**. Cham: Palgrave Macmillan, 2024. p. 65-87.

BOWN, Chad P.; KOLB, Melina. **Trump's Trade War Timeline: An Up-to-Date Guide**. Peterson Institute for International Economics (PIIE), Trade & Investment Policy Watch, 20 jan. 2025.

BRICS POLICY CENTER. Fórum de Cooperação China-África (FOCAC). **BRICS Policy Center**. Rio de Janeiro, [entre 2016 e 2025]. Disponível em: <https://bricspolicycenter.org/forum-de-cooperacao-china-africa-focac/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

BUENO, André; CABRAL, Pedro Regis. (Org.). **Textos Selecionados de Filosofia Chinesa II: Filosofia Pré-Imperial**. Pelotas: NEPFIL Online, 2023

⁴⁸ As fontes originalmente publicadas em chinês foram traduzidas utilizando-se ferramentas como o *NotebookLM* e o recurso de tradução do *Google*.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica**: um estudo da ordem na política mundial. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BUNSKOEK, Raoul; SHIH, Chih-yu. 'Community of Common Destiny' as Post-Western Regionalism: Rethinking China's Belt and Road Initiative from a Confucian Perspective. **Uluslararası İlişkiler**, v. 18, n. 70, p. 85-101, 2021.

BUZAN, Barry. China in International Society: Is 'Peaceful Rise' Possible? **The Chinese Journal of International Politics**, v. 3, p. 5-36, 2010.

BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. World history and the development of non-Western international relations theory. In: ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry (org.). **Non-Western international relations theory**: perspectives on and beyond Asia. London; New York: Routledge, 2010. p. 197-220.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CHINA STRATEGY. **Meet Han Zheng**: The man just appointed China's new Vice-President. **China Strategy**, 10 mar. 2023. Disponível em: <https://www.chinastategy.org/2023/03/10/meet-han-zheng-the-man-just-appointed-chinas-new-vice-president/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

CHINA. The State Council Information Office of the People's Republic of China. **A Global Community of Shared Future**: China's Proposals and Actions. Beijing: The State Council Information Office of the People's Republic of China, 2023.

COHEN, Warren I. **America's Response to China**: A History of Sino-American Relations. 5. ed. New York: Columbia University Press, 2010.

CONFÚCIO. **The analects (Lunyu)**. New York: Penguin Books, 2014.

COX, Robert W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

DA COSTA, Matheus Oliva. **Textos selecionados de filosofia chinesa I**: áreas de investigação e perspectivas comparadas. Pelotas: NEPFIL Online, 2022

DUNNE, Tim; HANSEN, Lene; WIGHT, Colin. The end of international relations theory? **European Journal of International Relations**, v. 19, n. 3, p. 405-425, 2013.

FRAVEL, M. Taylor. China: Balancing the US, increasing global influence. In: VINJAMURI, Leslie (ed.) et al. **Competing visions of international order**: Responses to US power in a fracturing world. Research Paper. London: Royal Institute of International Affairs (Chatham House), Março 2025. p. 12-21.

GONG, Gerrit W. China's Entry into International Society. In: w, Hedley; WATSON, Adam (Org.). **The Expansion of International Society**. Oxford: Clarendon Press, 1984. p. 171-184.

HAN, Zheng. **Build a Community with a Shared Future for Mankind and Jointly Deliver a Brighter Future for the World**: Statement at the General Debate of the 78th Session of the United Nations General Assembly. [S.l.: s.n.], 2023.

HENDLER, Bruno. **O Sistema Sinocêntrico Revisitado**: A Sobreposição de Temporalidades da Ascensão da China no Século XXI e sua Projeção sobre o Sudeste Asiático. 2018. 276 f. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

JOHNSTON, A. I. Thinking about Strategic Culture. **International security**, v. 19, n. 4, p. 32, 1995.

KAUFMAN, Alison A. The "Century of Humiliation" and China's National Narratives. In: U.S.-China Economic and Security Review Commission. **Hearing on "China's Narratives Regarding National Security Policy**. Washington, D.C., 10 mar. 2011.

KOWTOW. In: **ENCYCLOPEDIA BRITANNICA**. [S.l.], 7 dez. 2023.

LAGE, V. C. O debate em Relações Internacionais e a emergência do movimento construtivista. **Fronteira**, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p. 101-121, 2007.

LEI, Shaohua. Desenvolvimento das relações econômicas e comerciais Sino-EUA: revisão, status quo e tendências (2018-2024). **Peking**: Institute of International and Strategic Studies, Peking University, 24 jun. 2024. Disponível em: <http://www.iiss.pku.edu.cn>.

LI, Xiaoping; ZHANG, Zhou; PENG, Shuzhou. A Iniciativa “Cinturão e Rota” pode aliviar o impacto negativo do atrito comercial Sino-EUA? **Journal of Finance and Economics**, v. 50, n. 9, p. 124-138, set. 2024.

LI, Yong. Tianxia: Between Cosmopolitanism and Nationalism. **Journal of Confucian Philosophy and Culture**, Seul, v. 43, p. 111-133, fev. 2025.

LIEBERTHAL, Kenneth; WANG, Jisi. **Addressing U.S.-China Strategic Distrust**. John L. Thornton China Center Monograph Series, n. 4. Washington, D.C.: Brookings Institution, 2012.

LYRIO, Mauricio Carvalho. **A ascensão da China como potência**: fundamentos políticos internos. Brasília: FUNAG, 2010.

MAHBUBANI, Kishore. **Has China won?** The Chinese challenge to American primacy. New York: PublicAffairs, 2020.

MEAD, Walter Russell. **Special providence**: American foreign policy and how it changed the world. New York: Alfred A. Knopf, 2001.

MONROE, Erin. **U.S.-China Relations**: A Brief Historical Perspective. Washington, D.C.: U.S.-China Policy Foundation, [2014?].

NG, Kelly. **Qin Gang**: China removes foreign minister after missing for a month. **BBC News**, 25 jul. 2023. World. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-66310350>. Acesso em: 27 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). **Agreement on Implementation of Article VI of the General Agreement on Tariffs and Trade 1994.**

QIN, Yaqing. Why is there no Chinese international relations theory? In: ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry (org.). **Non-Western international relations theory: perspectives on and beyond Asia.** Abingdon: Routledge, 2010. p. 26-50.

REN, Zeping; LUO, Zhiheng. A Guerra Comercial Sino-Americana Começa Oficialmente: Reflexões Profundas e Deduções Futuras. **Sina Finance**, 16 jun. 2018.

VON DANIELS, Laura. **Economy and national security:** US foreign economic policy under Trump and Biden. Berlin: Stiftung Wissenschaft und Politik (SWP), German Institute for International and Security Affairs, June 2024.

WANG, Dong. **The United States and China:** a history from the eighteenth century to the present. 2. ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2021.

WANG, Jisi. The logic of China-US rivalry. **China International Strategy Review**, v. 6, p. 1-8, 2024.

WANG, Y. **China Today:** A Proud Member of the Global Community. Declaração proferida no Debate Geral da 74ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova York, 27 set. 2019.

WANG, Y. **Multilateralism, Shared Peace and Development.** Declaração proferida no Debate Geral da 73ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova York, 28 set. 2018.

WANG, Yi. **Building on Past Achievements and Forging Ahead Together Toward a Community with a Shared Future for Mankind:** Statement at the General Debate of the 79th Session of The United Nations General Assembly. Beijing: Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 28 set. 2024. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/eng/wjbzhd/202409/t20240929_11499995.html. Acesso em: 16 nov. 2025.

WANG, Yi. **Fazer o máximo pelo desenvolvimento pacífico e assumir a responsabilidade pela unidade e progresso:** Discurso no Debate Geral da 77ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova Iorque, 24 set. 2022.

WANG, Zheng. Invisible Battlegrounds: The COVID-19 Chapter in U.S.-China Relations. In: WANG, Zheng (ed.). **COVID-19 and U.S.-China Relations.** Cham : Palgrave Macmillan , 2024. p. 1-19.

WANG, Zili; LU, Chen. A "primeira bala" tarifária ordena como será a guerra comercial 2.0 de Trump? **Caixin.com**, 27 nov. 2024.

WATSON, Adam. **The Evolution of International Society:** a comparative historical analysis. London: Routledge, 1992.

WÚ, Xīnbó. A administração Biden e a tendência da competição estratégica Sino-EUA. **International Studies**, n. 2, p. 34-48, 2021.

XI, J. **Jointly Shoulder Responsibility of Our Times, Promote Global Growth**. Discurso principal na Sessão de Abertura da Reunião Anual do Fórum Econômico Mundial de 2017. Davos, 17 jan. 2017. Disponível em: https://en.chinadiplomacy.org.cn/2021-01/27/content_77158914.shtml

XI, J. **Openness for greater prosperity, innovation for a better future**. Discurso principal na Abertura da Conferência Anual do Fórum de Boao para a Ásia 2018. Boao, 10 abr. 2018. Disponível em: https://en.chinadiplomacy.org.cn/2021-01/27/content_77158714.shtml

XI, J. **Remarks by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China at the Press Conference of The Second Belt and Road Forum for International Cooperation**. Conferência de imprensa do Segundo Fórum Cinturão e Rota para Cooperação Internacional. Beijing, 27 abr. 2019. Publicado pelo Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/eng/xw/zyxw/202504/t20250423_11602660.html

XI, J. **Statement by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China at the General Debate of the 75th Session of The United Nations General Assembly**. Declaração proferida no Debate Geral da 75ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Beijing, 22 set. 2020. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/eng/xw/zyjh/202405/t20240530_11341451.html

XI, J. **Statement by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China at the General Debate of the 76th Session of The United Nations General Assembly**. Declaração no Debate Geral da 76ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, 21 set. 2021. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/eng/xw/zyjh/202405/t20240530_11341451.html

XI, J. **Together for a New Chapter in BRICS Cooperation**. Discurso na Sessão Plenária da Cúpula do BRICS em Brasília. Brasília, 14 nov. 2019. Disponível em: <https://www.bricspic.org/En/Pages/Home/NewsDetail.aspx?rowId=524#:~:text=Xi%20made%20the%20remarks%20at%20a%20press%20conference,Emirates%2C%20were%20invited%20to%20become%20new%20BRICS%20members.>

XI, J. **Work Together for Common Development and a Shared Future**. Discurso proferido na Cerimônia de Abertura da Cúpula de Beijing do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) de 2018. Beijing, 3 set. 2018. Disponível em: https://focacsummit.mfa.gov.cn/eng/zxyw_1/201809/t20180904_5857056.htm?

XI, J. **Working together to deliver a brighter future for cooperation**. Discurso proferido na Cerimônia de Abertura do Segundo Fórum Cinturão e Rota para Cooperação Internacional. Beijing, 26 abr. 2019. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202405/t20240530_11327871.html?

XI, Jinping. **The Governance of China**. 1. ed. Beijing: Foreign Languages Press, 2014;

XINHUA. Fórum de Boao envia mensagem tranquilizadora para um mundo instável e incerto. **Xinhua Português**, Beijing, 29 mar. 2025. Disponível em:

<https://portuguese.news.cn/20250329/4eeaa18d876149ab819266112cd96c71/c.html>. Acesso em: 25 nov. 2025.

YAN, Xuetong. The Instability of China-US Relations. **The Chinese Journal of International Politics**, Oxford, v. 3, n. 3, p. 263-291, set. 2010.

YAO, XINZHONG. **An introduction to Confucianism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000

ZHAO, Tingyang. **All under heaven**: the Tianxia system for a possible world order. Translated by Joseph E. Harroff. Oakland, California: University of California Press, 2021

ZHAO, Xingyu. A Brief Analysis of China's Participation in Global Governance with Confucianism. **Technium Business and Management**, v. 12, p. 135-159, 2025.

ZHU, Zhiquan. **US-China Relations in the 21st Century**: power transition and peace. London: Routledge, 2006.

RESOLUÇÃO nº038/2020 – CEPE

ANEXO I
APÊNDICE ao TCC

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O estudante JOÃO VICTOR CORRÊA ROQUE, do Curso de Relações Internacionais (e-mail: joaovictor-roque@hotmail.com), na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado DO TIANXIA À DIPLOMACIA DA HARMONIA: A INFLUÊNCIA CONFUCIANA NA RESPOSTA CHINESA À CONTENÇÃO COMERCIAL DOS EUA (2017-2024), gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 13 de dezembro de 2025.

Assinatura do(s) autor(es):

Nome completo do(s) autor(es): João Victor Corrêa Roque

Assinatura do professor orientador:

Nome completo do professor orientador: Danillo Alarcon